

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ALEXANDRE DOS SANTOS CALVETE**

**O PAPEL DAS CIDADES MÉDIAS NA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: UM  
ESTUDO DE CASO SOBRE A CIDADE DE PALHOÇA-SC**

Florianópolis

2011.

**ALEXANDRE DOS SANTOS CALVETE**

**O PAPEL DAS CIDADES MÉDIAS NA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: UM  
ESTUDO DE CASO SOBRE A CIDADE DE PALHOÇA-SC**

Monografia submetida ao curso de Ciências  
Econômicas da Universidade Federal de Santa  
Catarina, como requisito obrigatório para  
obtenção do grau em Ciências Econômicas.

Orientador: Helton Ricardo Ouriques

Florianópolis

2011.

**ALEXANDRE DOS SANTOS CALVETE**

**O PAPEL DAS CIDADES MÉDIAS NA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA: UM  
ESTUDO DE CASO SOBRE A CIDADE DE PALHOÇA-SC**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 09 (nove) ao aluno Alexandre Dos Santos Calvete na Disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

---

Prof. Helton Ricardo Ouriques  
Orientador

---

Hoyêdo Nunes Lins  
Membro

---

Israel Montesuma Oliveira  
Membro

Aos meus pais Maria e Egênio, que me ensinaram os princípios básicos como: respeito, disciplina, paciência e responsabilidade, servindo como exemplos em minha vida.

A minha irmã Rosi, que desfrutou do mesmo aprendizado e exemplos familiares que eu, e sempre me ajudou em tudo que precisei.

## **AGRADECIMENTOS**

Meu agradecimento muito especial vai para minha mãe que sempre me ajudou e apoiou da melhor forma que pôde.

Obrigado ao meu pai que esteve sempre do meu lado, principalmente quando tive que tomar uma das decisões mais difíceis, que foi sair de casa e morar numa cidade a quase 900 quilômetros de distância.

Aos amigos e parentes que ficaram em minha cidade natal, meu muito obrigado, pelo apoio e incentivo sem o qual eu não teria forças para alcançar meus objetivos.

A todos os meus professores, muito obrigado. Especialmente o Prof. Helton que prontamente aceitou me orientar e sempre foi muito Solícito.

## RESUMO

Neste trabalho discutem-se as características da cidade de Palhoça - SC, enquanto uma cidade média (de porte médio) e dinâmica. Nas últimas décadas aumentou a importância das cidades médias para o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil e seus Estados. Isto se deve ao seu acelerado crescimento e desenvolvimento econômico, capacidade de formar pólos regionais, servir como meio de ligação entre as grandes e pequenas cidades, ocupação do território, absorver fluxos de migrantes dentre outros fatores. Apesar destas vantagens, as cidades médias têm apresentado um crescimento muitas vezes desordenado que leva a formação de populações e áreas desprovidas de acesso aos bens que a cidade tem a oferecer. A urbanização é capaz de gerar, inovação, riqueza e desenvolvimento, mas também é responsável pela degradação do meio ambiente e pela marginalização de parte das populações. Surge daí a necessidade de planejar o crescimento das cidades para evitar as deseconomias de escala e a formação de bolsões de miséria. A cidade de Palhoça - SC é classificada como uma cidade média pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada<sup>1</sup> (IPEA), pois sua população está compreendida entre 100 e 500 mil habitantes. Os dados expostos neste trabalho mostram como a cidade de Palhoça apresenta um crescimento econômico e urbano acima das médias do Estado e do Brasil da mesma forma que as cidades médias brasileiras. O PIB<sup>2</sup>, o PIB *per capita*<sup>3</sup> e a população de Palhoça aumentaram sua participação a nível estadual e nacional seguindo o ritmo das cidades médias brasileiras. Desta forma o município de Palhoça segue o caminho deste grupo de cidades no Brasil, como principais centros de crescimento do país.

**Palavras-chave:** Palhoça-SC. Urbanização. Cidades Médias brasileiras.

---

<sup>1</sup> [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br)

<sup>2</sup> Produto Interno Bruto

<sup>3</sup> Produto Interno Bruto dividido pelo número de Habitantes

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Municípios desmembrados de Palhoça – SC.....	42
Figura 2 - Localização de Palhoça no mapa de Santa Catarina.....	43
Figura 3 - População abastecida com água, segundo Brasil, Santa Catarina e Palhoça no período 1991-2000.....	45

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Parte das regiões metropolitanas no total da população brasileira. EM (%).....	21
Tabela 2 - População Residente, por situação do domicílio no Brasil - 1940-2010.....	23
Tabela 3 - Grau de Urbanização, Brasil e Santa Catarina – 1960/2010 Em (%) .....	28
Tabela 4 - Produto Interno Bruto para classes de municípios e sua participação no PIB nacional em 1996 (Em Milhões de 1996).....	34
Tabela 5 - Taxas médias anuais de crescimento do PIB no período 1975/96 e em subperíodos, por classes de municípios (Em %)......	35
Tabela 6 - População, participação relativa na população nacional e numero de municípios brasileiros, segundo sua classe de tamanho. 1970/2000.....	36
Tabela 7 - Crescimento populacional e Incremento relativo conforme conjunto de localidades selecionadas – 1970/91 .....	37
Tabela 8 - População pobre no Brasil, regiões metropolitanas e Cidades Médias: 1970/91....	38
Tabela 9 - Participação dos municípios por tamanho no PIB e população nacional.....	39
Tabela 10 - Crescimento populacional e do Produto Interno Bruto (PIB) por faixa de tamanho dos municípios (2002-2005) (%) ao ano. ....	39
Tabela 11 - Produto Interno Bruto (PIB) municipal por setores da atividade econômica 2002-2007 .....	40
Tabela 12 - Número de unidades consumidoras de energia elétrica nos municípios da grande Florianópolis no período 2004\2008. ....	44
Tabela 13 - Indicadores municipais de saneamento básico em Palhoça – 2000 .....	46
Tabela 14 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal, segundo Brasil, Santa Catarina e Palhoça 1970-2000.....	46
Tabela 15 - Incidência de pobreza nos municípios da Grande Florianópolis 2003.....	47
Tabela 16 - População residente em Palhoça, por situação de domicilio e sexo no período 1980/2010. ....	48
Tabela 17- População e incremento nos Municípios da Grande Florianópolis entre 2000/2010. ....	49
Tabela 18 - Municípios com Maior População no Estado de Santa Catarina. ....	49
Tabela 19 - Produto Interno Bruto a preços correntes, segundo Brasil, Santa Catarina e Palhoça, participação de palhoça no PIB de SC e Brasil no período de 2002/2008. ....	50
Tabela 20 - PIB a Preços Correntes 2003/2008 – (Mil R\$). ....	51

Tabela 21 - PIB per capita a preços correntes, segundo o Brasil, Santa Catarina e Palhoça, e evolução percentual do PIB per capita de Palhoça em comparação com SC e Brasil no período 2002/2008. ....	51
Tabela 22 - Número de Empresas e Empregos formais nos municípios da Grande Florianópolis, e evolução destes no Período de 2004-2008. ....	52
Tabela 23 - Número de empresas e empregos formais de Palhoça, segundo o setor - 2008....	53

## SUMÁRIO

<b>1 O PROBLEMA DE PESQUISA .....</b>	<b>11</b>
1.1 OBJETIVOS .....	13
<b>1.1.1 Objetivo Geral .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1.2 Objetivos Específicos .....</b>	<b>13</b>
1.2 METODOLOGIA .....	13
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO .....	14
<b>2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE AS CIDADES MÉDIAS E SUA DEFINIÇÃO .....</b>	<b>15</b>
2.1 ORIGEM DO CONCEITO DE CIDADE MÉDIA .....	15
2.2 O FATOR DIMENSÃO POPULACIONAL NA DEFINIÇÃO DE CIDADE MÉDIA .....	16
2.3 O CRITÉRIO FUNCIONAL NA DEFINIÇÃO DE CIDADE MÉDIA .....	17
2.4 OS CRITÉRIOS QUALITATIVOS E SUA IMPORTÂNCIA NA DEFINIÇÃO DE CIDADE MÉDIA .....	18
2.5 A CIDADE MÉDIA VISTA COMO UMA CIDADE INTERMEDIARIA .....	19
<b>3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA .....</b>	<b>21</b>
3.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E AS MUDANÇAS QUE OCORRERAM NAS CIDADES BRASILEIRAS .....	21
3.2 O DESENVOLVIMENTO URBANO EM SANTA CATARINA .....	24
<b>4 CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS .....</b>	<b>30</b>
4.1 DO SEU SURGIMENTO, COMO POLÍTICA DE INTERVENÇÃO SOBRE O TERRITÓRIO .....	30
4.2 AS CIDADES MÉDIAS COMO CENTRO ESTRATÉGICO DA REDE URBANA NACIONAL .....	32
4.3 DESEMPENHO PRODUTIVO DOS CENTROS URBANOS BRASILEIROS ENTRE 1975 A 1996 .....	34
4.4 CRESCIMENTO POPULACIONAL DOS CENTROS URBANOS NO PERÍODO 1970/2000 .....	36
4.5 POBREZA NAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS .....	38
4.6 O MOMENTO RECENTE DAS CIDADES MÉDIAS .....	38
<b>5 ESTUDO DE CASO SOBRE O MUNICÍPIO DE PALHOÇA-SC .....</b>	<b>41</b>
5.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO .....	41
5.2 ALGUNS ASPECTOS GERAIS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO .....	42

5.3 ASPECTOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA.....	46
<b>5.3.1 Aspectos populacionais de palhoça .....</b>	<b>47</b>
5.4 ASPECTOS ECONOMICOS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA .....	50
<b>6 CONCLUSÃO.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>57</b>

## 1 O PROBLEMA DE PESQUISA

As cidades médias vêm apresentando um crescimento econômico e populacional considerável nas últimas décadas, chamando a atenção de pesquisadores e autoridades governamentais. Pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) tem realizado estudos onde, demonstram um crescimento da participação das cidades médias no PIB nacional e também de sua população no total da população nacional.

Nas últimas décadas o Brasil passou por grandes mudanças no seu sistema urbano, devido às novas características de seu desenvolvimento sócio-econômico, estas foram provocadas pelas transformações na sua estrutura produtiva. Segundo Andrade e Lodder (1979) o processo de Urbanização<sup>4</sup> foi afetado pela industrialização e também por seus desdobramentos.

É a partir da década de 1970 que as cidades médias surgem como política de desconcentração populacional e produtiva, também como meio de ocupação do território nacional. O Governo e pesquisadores começam a se debruçar sobre o tema cidades médias. Com a desconcentração industrial em direção principalmente a este grupo de cidades, estas começam a desfrutar de uma maior importância econômica e também populacional devido à migração de pessoas e indústrias para estas localidades. É também na década de 1970 que começa o debate sobre as cidades médias, com as tentativas de identificação e classificação destas no sistema urbano do Brasil. Em meados de 1970 se consideravam cidades médias aquelas com população entre 50 e 250 mil habitantes (ANDRADE; LODDER, 1979), o aspecto demográfico era o método de classificação, nos dias atuais são consideradas cidades médias as com população entre 100 e 500 mil habitantes. Atualmente muitos pesquisadores buscam um novo olhar sobre este grupo de cidades, não apenas uma classificação, mas a construção de um conceito que não leve em consideração apenas o aspecto populacional. (AMORIM FILHO; SERRA, 2001).

Em 1940 31,23% da população brasileira viviam em áreas urbanas, já em 2010 84,36% da população residia nas áreas urbanas. As cidades médias que em 1970 comportavam 15,5% da população nacional, em 2007 possuíam 25,05% da população nacional. Já as cidades com menos de 100 mil habitantes possuíam em 1970 65,4% da população nacional e em 2007 apresentaram uma redução para 45,24%. As cidades com mais de 500 mil habitantes passaram de cerca de 20% em 1970, para 29,71% em 2007.

---

<sup>4</sup> Entenda-se Urbanização como o processo de aumento da população que reside em áreas urbanas.

Um dos principais problemas da pesquisa com relação às cidades médias é a falta de dados disponíveis, isto impossibilita a análise dos dados relativo a um período longo e a possibilidade de comparação com os dados de cidades de outro porte. Alguns estudos apesar de limitados a espaço de tempo muito curto mostram que as cidades de médio porte tiveram um incremento no seu PIB superior às outras classes de cidades.

Diante do cenário descrito, o trabalho aqui proposto busca fazer uma análise sobre a dinâmica urbana das cidades médias, tendo como objeto de estudo a cidade de Palhoça – SC.

O município de Palhoça é integrante da região metropolitana de Florianópolis, localizando-se na porção central do litoral catarinense, seu território faz divisa com os municípios de São José, São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz e Paulo Lopez.

A metodologia utilizada na elaboração deste trabalho é baseada no levantamento bibliográfico referente ao tema proposto, também na apresentação de dados sobre a cidade de Palhoça adquiridos em órgãos públicos e privados como: Prefeitura Municipal, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), IPEA, Serviço Brasileiro de Apoio as Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

É muito importante frisar que o município de Palhoça tem apresentado elevado crescimento populacional nos últimos anos, também mudanças em sua estrutura produtiva e socioeconômica. O melhor exemplo disso é que em anos 1970 aproximadamente 69% da população de Palhoça ainda viviam na área rural dependendo da produção primária, a partir de então a cidade passou a desenvolver-se e se tornou um importante pólo industrial e comercial tendo como principais atividades o setor terciário, secundário e primário, com 74,8%, 23,5% e 1,7% para a formação do PIB municipal em 2006. De acordo com dados do IBGE (2011) em 2010 98,52% da população de palhoça viviam na área urbana do município.

A indústria apesar de possuir participação secundária na formação do PIB do município, recebe atenção especial por parte do governo local, que se reflete através de investimentos e incentivos fiscais. Apenas no período entre 2002 e 2008 palhoça apresentou uma elevação no seu PIB de 200,7%.

## 1.1 OBJETIVOS

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o papel da cidade média de Palhoça – SC, na organização espacial da Grande Florianópolis.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Analisar aspectos econômicos de Palhoça.
- Descrever o papel econômico e geográfico das cidades médias brasileiras.
- Discorrer sobre a urbanização no Brasil e Santa Catarina.

## 1.2 METODOLOGIA

A revisão bibliográfica que compreende o estudo sobre as cidades médias, está apoiada na pesquisa em livros e artigos especializados que tratam do assunto, também informações de órgãos relacionados ao desenvolvimento nacional e regional que dispõem de dados de natureza socioeconômicas.

Levando em consideração o objetivo geral deste trabalho, busca-se identificar o quadro atual do município de Palhoça como município em pleno crescimento econômico enquanto uma cidade média. Também o seu desempenho e papel na Grande Florianópolis.

Desta forma ao se procurar analisar o papel das cidades médias na urbanização e desenvolvimento econômico do país este trabalho assim pode ser justificado.

Foram feitos levantamentos bibliográficos em fontes de dados secundárias, como: livros, jornais, artigos, relatórios e também serão utilizados sites especializados como: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

### 1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho divide-se em 6 (seis) capítulos. No primeiro consta a introdução, o objetivo geral e os específicos, a metodologia e a estrutura do trabalho.

O segundo capítulo apresenta a revisão bibliográfica sobre as cidades médias e sua definição, com o intuito de mostrar a dificuldade em se chegar a um consenso a respeito dos critérios utilizados para denominação e estudo destas cidades.

No terceiro capítulo faz-se um relato sobre o processo de urbanização no Brasil e em Santa Catarina.

O quarto capítulo fala do surgimento das cidades médias no Brasil como meio de intervenção sobre o território nacional e apresenta dados referentes ao seu desenvolvimento econômico e social.

No quinto capítulo é apresentado o estudo de caso do município de Palhoça - SC. Mostrando dados de sua evolução econômica e social.

Finalmente, no sexto capítulo são apresentadas as principais conclusões a respeito do trabalho destacando os pontos positivos e dificuldades encontradas.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA SOBRE AS CIDADES MÉDIAS E SUA DEFINIÇÃO

Para melhor compreensão do estudo sobre as cidades médias, discutiremos sobre o conceito da mesma, apresentando os critérios mais usuais em sua definição. Como veremos a dificuldade para definir o que é uma cidade média, se encontra nas diferentes perspectivas, e critérios que os vários autores de diferentes países propõem. Isto se dá pelas diferentes realidades em que se encontram os países e regiões, e também pela temporalidade dos fenômenos econômicos e sociais, pois suas mudanças afetam o enquadramento dos territórios.

### 2.1 ORIGEM DO CONCEITO DE CIDADE MÉDIA

Segundo Costa (2002) as várias reflexões realizadas a respeito das cidades médias podem ser classificadas em dois grandes grupos: o primeiro diz respeito á estas cidades na sua dimensão ou leitura á escala urbana; o segundo relaciona-as com as políticas de ordenamento e de desenvolvimento, assim, ligando-as á escala regional.

Quando a cidade média é interpretada do ponto de vista associada á concepção urbana, está é entendida como uma instituição econômica e socialmente equilibrada. Essa leitura de cidade média é encontrada em varias culturas ao longo do tempo, mas pode-se afirmar que as primeiras colocações a respeito de cidade média neste sentido foram feitas por Aristóteles (384-322 a. C). Para este uma cidade deveria ter uma quantidade de habitantes que pudesse bastar para todas as suas funções e comodidades da vida civil. Assim para Aristóteles a Cidade se formava devido à união de várias aldeias, e uma das funções da Cidade era bastar a si própria e não apenas organizar a existência, mas também alcançar o bem estar de seus habitantes. Segundo Aristóteles é improvável que um Estado ou Cidade excessivamente povoado seja bem governado. Para Costa (2002) isto leva a crer que uma cidade que ultrapassa certo número de habitantes, perde algum equilíbrio, o que aumenta as dificuldades na sua administração.

O segundo grupo de reflexões relaciona as cidades médias ao papel que esta desempenha com relação ao sistema urbano e regional, vendo-as numa função de ordenamento e desenvolvimento da região, está visão de cidade média só veio a existir recentemente.

A partir da metade do século XX começaram a surgir preocupações com o desenvolvimento regional e os desequilíbrios destes, assim, as cidades médias surgiram como solução para os planejadores e administradores públicos. Neste momento não existia um

conceito a respeito das cidades de médio porte, este só surgiria na França devido às políticas de desconcentração da população contidas no VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971-1975).

Entre os principais objetivos de VI Plano, contam-se a distribuição mais equilibrada do emprego, a continuação do desenvolvimento da região Oeste e o esforço das regiões de fronteira. O suporte territorial para se atingirem estes objetivos dependia da existência de uma rede urbana equilibrada e para a qual era fundamental o reforço das cidades médias (COSTA, 2002, p. 104).

Um estudo importante para a elaboração de uma política de cidades médias foi o relatório de Lajugie (1974). Conforme o relatório que foi apresentado ao Conselho Econômico e Social (CSE), Lajugie, 1974 (apud COSTA, 2002, p. 105), as cidades médias deveriam:

- Constituir centros de emprego industrial e terciário alternativo as grandes cidades para a população que migre dos territórios rurais envolventes;
- Oferecer alojamento e equipamentos coletivos a população que chega e reside na cidade;
- Dispor de serviços públicos (educação, saúde, cultura, desporto, lazer) capazes de oferecer aos habitantes qualidade de vida urbana;
- Possuir meios de comunicação que não só assegurem a sua ligação aos níveis mais elevados da hierarquia urbana, como também ao espaço rural envolvente;
- Assegurar a coesão regional, no sentido da não exclusão do espaço rural envolvente.

## 2.2 O FATOR DIMENSÃO POPULACIONAL NA DEFINIÇÃO DE CIDADE MÉDIA

Para a definição de cidade média embora se tenha implícita uma noção de dimensão populacional, está demonstra-se insuficiente devido à diversidade de valores propostos pelas diversas organizações internacionais, assim, um critério que se baseie exclusivamente no fator populacional apesar de importante pode se mostrar inconsistente.

A Organização das Nações Unidas (ONU) define como cidades médias as com população de 100 mil até um milhão de habitantes Tomas 1997 (apud HOLANDA, 2011, p. 7). No Brasil Amorim filho e Serra (2001) consideraram como cidades médias os municípios com população urbana entre 100 mil e 500 mil habitantes. Andrade e Lodder (1979)

realizando um estudo pioneiro no Brasil sobre o tema definiram os centros urbanos de porte médio como os de população compreendida entre 50 mil e 250 mil habitantes. Á nível mundial, a escala de análise é muito heterogênea devido às diferenças e especificidades das redes urbanas dos diversos países. Assim devido ao fato de a dimensão populacional variar com a escala de análise, é que se explica a dificuldade de encontrar um valor quantitativo que possa identificar uma cidade média.

A noção de cidade média repousa, primeiramente, e não importa o que se diga, em um critério: o efetivo da população. Desde logo, a discussão, inevitável, e, entretanto vã, trata freqüentemente, dos limites extremos que devem ser dados a esta classe de cidades. De acordo com os autores, a categoria cidades médias começa a partir de 20.000, 30.000, ou 50.000 habitantes. Ela acaba a 100.000 ou 200.000 habitantes (MICHEL, 1977, apud FRANÇA et al., 2011, p. 56).

A dificuldade em definir, conceituar ou classificar a cidade média deve se também, ao forte debate de natureza teórico-metodológica, e a adoção dos mais variados critérios como os funcionais, qualitativos e quantitativos utilizados pelos estudiosos. São vários os critérios utilizados para denominação e estudo das cidades médias, porém o mais utilizado é o referente ao tamanho demográfico.

### 2.3 O CRITÉRIO FUNCIONAL NA DEFINIÇÃO DE CIDADE MÉDIA

Para alguns autores a funcionalidade urbana das cidades médias, sua inserção regional e localização, assim como as trocas comerciais estabelecidas com outros centros de maior porte e também a influencia que exercem na região, dentre outros, formam um conjunto de aspectos que devem ser considerados para compreensão destas cidades enquanto cidades médias.

Devem ser consideradas para identificação das cidades médias diversas variáveis como: tamanho demográfico, qualidade das relações externas, especialização e diversificação econômica, posição e sua importância na região e na rede urbana de que faz parte, organização espacial e índices de qualidade de vida (SOARES, 1999 apud FRANÇA et al., 2011, p. 57).

A heterogeneidade de critérios e valores que podem ser levados em conta pelos autores demonstra o quão difícil é sustentar a definição de cidade média baseando-se em critérios de natureza física e demográfica. Também existe dificuldade em definir com base em critérios demográficos e funcionais, pois estes se associam a vários fatores como: grau de

urbanização, sistema de povoamento, organização político-administrativa, o nível de desenvolvimento econômico e social da região ou país, também o conceito de urbano.

A diversidade de definições de Urbano demonstra-se um fator que vem a condicionar a definição de cidade média baseada no critério quantitativo. Cada país classifica como Urbano as aglomerações com determinado número de habitantes, e este número varia de país para país. Em vários países também existe um diferencial populacional entre a maior cidade de médio porte e a maior cidade. Isto se deve principalmente as diferentes funções desempenhadas nos sistemas regionais e urbanos por estas cidades consideradas de porte médio, desta forma o critério que relaciona a dimensão da cidade com a função desempenhada torna-se inviável.

No caso da Alemanha, as cidades médias de maior dimensão possuem cerca de 600 000 habitantes, ou seja, tem cerca de 1/5 da dimensão da grande cidade, em situação muito distinta esta a Grécia, cuja cidade média de maior dimensão 100 000 habitantes é cerca de 33 vezes mais pequena que a aglomeração de Atenas (COSTA, 2002, p. 110).

O crescimento da urbanização levou a um aumento do número de cidades e de suas dimensões, as cidades que tinham 100 000 habitantes há quarenta anos possuíam funções e características bem distintas das cidades de hoje com a mesma população.

## 2.4 OS CRITÉRIOS QUALITATIVOS E SUA IMPORTÂNCIA NA DEFINIÇÃO DE CIDADE MÉDIA

Na década de 1970 na França devido às preocupações com a crise econômica e social surgem as primeiras definições de cidade média baseadas em critérios não só demográficos e funcionais.

Ao critério estatístico e funcional há que acrescentar critérios qualitativos relacionados ao estilo de vida. É bem evidente que o volume de população é um elemento importante na definição da cidade média. Há um valor mínimo abaixo do qual um centro urbano não pode desempenhar o papel de uma cidade média, mas constitui uma pequena cidade, uma grande vila, e tem como tal um papel a desempenhar no sistema urbano regional. Com efeito, ao critério quantitativo convém juntar critérios qualitativos (LAJUGIE, 1974 apud COSTA, 2002, p. 115).

Desta forma a estas cidades quando definidas a partir de critérios qualitativos parece remeter-nos a questões como equilíbrio, harmonia, descrição, e humanidade dentre outros. A

cidade média é vista dessa forma um lugar digno de se viver com menos problemas sociais e econômicos.

As cidades médias propõem-se como uma alternativa de vida as populações, pois pela sua dimensão usufruem das vantagens da urbanização não sofrendo as conseqüências negativas decorrentes da grande dimensão (TOINARD, 1996 apud COSTA, 2002, p. 115).

Assim, elas não podem ser definidas só pela sua dimensão funcional e demográfica em relação ao sistema urbano nacional e á escala regional, deve também incorporar critérios subjetivos como modo de vida, quotidianos e valores de seus habitantes.

Porém basear-se em termos subjetivos como qualidade de vida e menores problemas sociais do que os existentes nas grandes cidades para identificar as cidades de médio porte mostram-se muito difícil. É levado em consideração na definição de cidade média o tamanho demográfico, o papel que desempenha na sua região e sua relação com as grandes cidades, baseando-se assim não em suas características próprias, mas em seu papel regional, localização e população.

## 2.5 A CIDADE MÉDIA VISTA COMO UMA CIDADE INTERMEDIARIA

Nos anos oitenta devido à capacidade das cidades médias em estabelecer relações e integrar redes um novo conceito sobre está começa a ser discutido, o de “cidade intermediaria”.

Sanfeliu e Torne (2004) propuseram a designação de cidades intermediárias para as cidades médias, realçando o seu papel de articulação, ao criar e tecer redes; por introduzir e valorizar aspectos mais dinâmicos e estratégicos que abrem novas possibilidades de inserção nas escalas regional, nacional e mesmo internacionais (LIMA, 2010, p. 2).

Para Costa (2002) essa idéia de cidade média nos remete a aspectos estatísticos como população, poder, ou seja, valores estatísticos, mas a noção de cidade intermediaria remete-nos a aspectos como a noção de estratégia, de espaço a construir, posição a ocupar, sinergias a desenvolver, capitais e outros aspectos dinâmicos. Com a internacionalização da economia e a modificação na estrutura competitiva dos países o conceito de cidade intermediaria pega força, essa modificação se deve sobre tudo aos novos objetivos da política regional frente aos desafios da internacionalização da economia. Com a internacionalização dos sistemas sociais

e produtivos algumas cidades médias podem desempenhar funções fora de seu papel regional e nacional, desempenhando assim funções ou especialização a nível internacional.

A cidade intermediária é também a cidade que estabelece relações com outros territórios e cidades do mesmo nível hierárquico, que desenvolvem funções complementares ou similares, no espaço nacional ou internacional, articulando-se em rede, numa visão de integração num espaço mais abrangente a escala nacional e internacional (COSTA, 2002, p. 117).

Desta Maneira podemos ver a dificuldade existente para definir o que é uma cidade média, esta dificuldade se encontra nas diferentes perspectivas e critérios que os vários autores de diferentes países e até mesmo dentro destes propõem. Hoje no Brasil o IPEA define como cidades médias aquelas com população compreendida entre 100 e 500 mil habitantes. Como podem ver o critério utilizado é apenas o populacional, e critérios importantes como o funcional ou qualitativo são deixados de lado.

### 3 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

#### 3.1 O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E AS MUDANÇAS QUE OCORRERAM NAS CIDADES BRASILEIRAS

Hoje se pode afirmar que o Brasil é um país urbanizado. O número de pessoas residentes nas áreas urbanas vem crescendo sistematicamente, sobretudo devido à saída de pessoas das áreas rurais em direção as cidades. Porém o processo de urbanização no Brasil se deve a mudanças estruturais na economia e também na sociedade, sendo assim um processo recente. Na década de 1970, a população brasileira residente nas áreas urbanas se tornou superior à residente em áreas rurais. O espaço urbano nesta época se limitava principalmente ao litoral brasileiro e entorno das capitais e grandes cidades interiores, as cidades que se formavam tinham como objetivo principal a ocupação e dominação do território, assim como também extrair recursos existentes no Brasil.

Tabela 1 - Parte das regiões metropolitanas no total da população brasileira. EM (%)

1940	14,98
1950	17,95
1960	21,72
1970	25,58
1980	28,93

Fonte: Santos, 1998, p. 76.

A população residente nas regiões metropolitanas praticamente dobra seu percentual entre 1940/1980.

Para Santos (1998), o forte movimento de urbanização verificado após o fim da Segunda Grande Guerra é acompanhado de um elevado crescimento demográfico, devido à queda na taxa de mortalidade associada ao aumento na taxa de natalidade. As causas essenciais do aumento da taxa de natalidade e diminuição da mortalidade infantil seriam o progresso na área sanitária acompanhada de uma melhoria na qualidade de vida, isto devido à urbanização.

O processo de urbanização na história da humanidade pode ser considerado um fenômeno muito recente. Segundo Becker (2010) em 1800 apenas 3% da população mundial era urbana, já em 1850 a população vivendo em cidades chegava a 6%, alcançando 14% em 1900. A revolução industrial foi grande responsável pelo aumento da taxa de urbanização

mundial já que as cidades eram de suma importância no processo de acumulação do capitalismo industrial, vindo assim a influenciar fortemente a urbanização nos séculos XVIII e XIX. Para que a produção e o consumo fossem viáveis era necessárias economias de aglomeração, e estas dependiam de certa quantidade de pessoas vivendo então nas cidades. No Brasil o aumento populacional ocorrido no século XIX fez surgir uma nova reconfiguração dos centros urbanos.

Devido à necessidade do aumento da produção de alimentos para suprir as necessidades da população urbana, e também de uma rede de transportes para dar conta do maior volume de mercadorias transportadas, houve uma aceleração da economia rural e urbana na época, a industrialização apesar de incipiente também favoreceu essa aceleração da economia.

O progresso da industrialização levou a necessidade de um mercado de bens e serviços que tiveram influência direta na formação do sistema urbano e processo de urbanização, porém este se deu desigualmente concentrando-se primeiramente na região do Rio de Janeiro e depois em São Paulo.

No Brasil, já no século XX, principalmente no pós-guerra, a dinâmica da urbanização começou a avançar por todo o território, em consonância com o processo de crescimento e integração econômica do país. Até então, o Brasil era basicamente rural, com uma rede urbana pouco articulada e com apenas algumas cidades se destacando, formando um verdadeiro “arquipélago” concentrado na faixa litorânea (BECKER, 2010. p. 121).

De acordo com dados apresentados pelo IBGE, em 1940 aproximadamente 69% da população brasileira residia na área rural, e a população total brasileira era de aproximadamente 41.236.315 habitantes. Nas décadas seguintes o percentual de pessoas vivendo em áreas urbanas aumenta consideravelmente, mas é somente na década de 1970 que a população vivendo em áreas urbanas ultrapassa o montante de pessoas residentes em áreas rurais. Segundo dados do IBGE nos anos de 1970, a população total do Brasil consistia em 93.139.037 habitantes, dos quais 56% aproximadamente viviam em áreas urbanas.

Tabela 2 - População Residente, por situação do domicílio no Brasil - 1940-2010

(Em Milhares)			
Ano	Total	Urbana (%)	Rural (%)
1940	41.236.315	31,23	68,77
1950	51.944.407	36,17	63,83
1960	70.070.457	44,67	55,33
1970	93.139.037	55,92	44,08
1980	119.002.706	67,59	32,41
1991	146.825.475	75,59	24,41
1996	157.070.163	78,35	21,65
2000	169.799.017	81,00	19,00
2010	190.732.694	84,36	15,64

Fonte: IBGE, dados brutos dos censos demográficos 1940/2010.

Desta forma podemos notar que na década de 1960 o Brasil ainda podia ser considerado um país agrícola, já que a taxa de urbanização pairava em torno de 45%, e maioria da sua população ainda residia em áreas rurais. Na década de 1980 o percentual de população vivendo na área urbana chega a 67,59%, e apenas 32,41% na área rural. No censo de 2010 os dados do IBGE mostram que por volta de 84,36% da população brasileira já vivia na área urbana.

Conforme Becker (2010) no Brasil se destaca a velocidade do processo de urbanização, que ocorreu de maneira desorganizada, não havendo um planejamento de infraestrutura para diminuir os prejuízos decorrentes da ocupação em grande escala do espaço urbano.

A urbanização no Brasil estava relacionada prioritariamente ao processo migratório na década de 1970 de acordo com o Censo Demográfico do IBGE, que mostrava que grande parte do crescimento urbano se devia as migrações internas do país, sendo este um dos fatores mais importantes para as mudanças ocorridas na estrutura nacional e expansão urbana.

A região centro sul conquistou um ligeiro crescimento econômico, que influenciou no aparecimento das regiões metropolitanas. As migrações internas se davam no sentido campocidade, sobretudo para as regiões metropolitanas do sudeste, principalmente para a cidade de São Paulo.

Ainda que grande parte dos fluxos migratórios se dirija as metrópoles, a partir do final do século XX e começo do século XXI, se nota uma mudança de direção destes fluxos em direção a cidades médias. Mesmo com o crescimento da economia, as migrações são vistas como fonte de muitos desequilíbrios tanto econômicos quanto sociais, nas regiões de origem e

também nas de destino. O aumento populacional e econômico das cidades médias leva a uma série de mudanças, reformulando e reestruturando o espaço e as relações dentro delas.

“A urbanização acelerada do mundo no século XX produziu elevado número de grandes cidades. Em 2007, a ONU lista 19 aglomerações urbanas com mais de dez milhões de habitantes, que concentravam 9% da população urbana do mundo” (BECKER, 2010, p. 120).

Segundo Santos (1998), trata-se, então, de outra geografia, com mudanças tanto no contexto quanto no conteúdo e nas formas do uso do espaço, e isto resulta numa nova configuração, ou seja, num Brasil urbano, destacando-se um processo complexo e diferenciado de reestruturação da rede urbana.

Neste panorama de reestruturação da rede urbana, deve-se reconhecer, portanto, as novas funções e valores desempenhados pelas cidades e suas regiões, também é preciso identificar as novas funções urbanas e as interações espaciais derivadas delas, principalmente, as relações entre cidades e regiões e as relações intra-urbanas.

Devido à modernização do campo e do processo de industrialização já consolidado na área centro sul do país, percebem-se como os pobres são levados a encontrar nas grandes cidades seu único refugio.

Nota-se um intenso fluxo migratório para essa região em busca de emprego nas indústrias. Entretanto, o aumento da oferta de emprego pelas indústrias e outros setores não acompanhou o aumento da mão-de-obra disponível e o desemprego tornou-se um reflexo da dinâmica econômica excludente.

Hoje as indústrias absorvem cada vez menos mão de obra devido ao uso mais intensivo de máquinas, equipamentos e até robôs fazendo o trabalho que antes era do homem. O setor terciário também se modernizou, exigindo melhor qualificação da Mão de obra. O que se vê é um aumento da pobreza e a dificuldade de se possuir uma vida digna, isto devido á dinâmica econômica excludente agravada pela falta de planejamento urbano adequado.

### 3.2 O DESENVOLVIMENTO URBANO EM SANTA CATARINA

A ocupação do litoral catarinense teve por objetivo proteger a rota que levava ao Rio da Prata e dar suprimentos a este deslocamento, já que não possuía produto de exportação que viesse a atender os interesses comerciais da metrópole e também não havia possibilidade de explorar a força de trabalho como era típico nas áreas coloniais.

Assim o estado de Santa Catarina surgiu no Brasil colonial como meio de suporte a política expansionista de Portugal. Primeiramente foi ocupado o litoral com São Francisco

1658, Desterro (Florianópolis) 1673, e Laguna em 1684. Onde é hoje Florianópolis formou-se uma importante base militar colonial e Laguna serviu de entreposto comercial e por lá passava o gado vindo da planície platina em direção a São Paulo.

O processo de conquista da região litorânea meridional da colônia lusa, além de tardio (século XVII), foi marcado pelas características que a diferenciariam da porção setentrional. A dificuldade na organização de um fluxo de povoamento mais dinâmico e efetivo deu origem a um vazio entre São Vicente e Rio da Prata que levou Portugal e Espanha a lutarem, entre si, pela apropriação da terra e dos recursos ainda ociosos para o projeto colonial. A ação das bandeiras vicentistas é que assegurou a posse do território sulino para Coroa portuguesa, preocupada em ocupar a região e integrá-la definitivamente aos seus domínios na América. Assim, pois, na gênese dessa formação social situa-se a preocupação da Coroa portuguesa em fixar as fronteiras meridionais do território colonial em permanente disputa com os domínios hispano-americanos (VIEIRA; PEREIRA, 2009 apud MIOTO, 2011, p. 16).

Essas áreas litorâneas onde predominavam os açorianos tinham fracas relações comerciais com outras áreas do estado, pois não geravam excedentes e produziam apenas para sua subsistência. Pelo interior de Santa Catarina surgiram novos povoados devido ao comércio de gado que saía do Rio Grande do Sul em direção a Sorocaba, surgindo assim o povoado de Campos de Lages e outros núcleos de povoamento.

Segundo Miotto (2011) a imigração européia começou ainda no Brasil colônia, mas aumentou consideravelmente após a independência, essa migração teve como peculiaridade a formação de núcleos e povoados onde a apropriação do território por estes imigrantes resultou em pequenas propriedades, diferente do resto do país onde predominavam os grandes latifúndios. Desta forma a produção das pequenas propriedades em Santa Catarina era bem diversificada.

As colônias alemãs e italianas foram umas das mais importantes. Os italianos se fixaram no sul do estado e os alemães no vale do Itajaí e no norte do estado.

Em Blumenau após 1880 surgiram algumas indústrias têxteis e outros estabelecimentos menores, estes geraram uma divisão do trabalho entre campo e cidade, pondo assim o excedente gerado a disposição da produção manufaturada. Joinville foi integrada devido à comercialização de madeira e erva mate, a cidade cria relações exteriores ao estado permitindo certa acumulação devido ao comércio, e isto permite o surgimento das primeiras manufaturas do ramo têxtil na região.

No sul do estado às colônias italianas só despontam com o descobrimento das reservas carboníferas, e a construção da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina que ligava a região

carbonífera ao porto de Laguna, sendo esta durante longo tempo a atividade principal da região.

O Oeste de Santa Catarina foi ocupado mais tardiamente, devido às disputas deste território pelos estados do Paraná e Santa Catarina, esta região foi ocupada principalmente por migrantes vindos do Rio Grande do Sul e do Paraná. Sendo boa parte destes agricultores com origem alemã e italiana.

Durante o período de 1880 a 1945, podemos dizer que se originam e crescem em Santa Catarina as indústrias madeireira, alimentar, carbonífera e têxtil. A metal-mecânica e moveleira também crescem nesse período, porém iniciaram um crescimento mais acelerado somente nos anos posteriores. Nesse período, ocorreram duas grandes mudanças sociais-demográficas em Santa Catarina: a primeira com a entrada de imigrantes europeus, de 1875 a 1900, no Vale de Itajaí, no norte e no sul, e que se estende em ritmo desacelerado até o início dos anos 1920; e a segunda com o movimento migratório de imigrantes descendentes provenientes do Rio Grande do Sul, a partir de 1917, em direção ao oeste catarinense, estendendo-se até os anos 1950, e que fazia parte das frentes pioneiras de colonização capitalista (fronteira agrícola) (GOULARTI FILHO, 2007, p. 72).

O estado de Santa Catarina não desenvolveu uma atividade econômica que possuísse grande demanda, não constituindo um excedente que pudesse gerar uma capitalização em uma área ou região e que fosse capaz de gerar uma centralização da rede urbana no estado. Até por volta de 1930 a economia do estado é baseada numa agricultura diversificada e relativamente auto-suficiente, que quando se especializam direcionam-se para os pólos nacionais.

Segundo Miotto (2011) o Estado de Santa Catarina pode ser entendido como um estado fragmentado, devido às muitas zonas autônomas e por não possuir uma metrópole regional que viesse a centralizar a rede urbana.

As sub-regiões ligavam-se economicamente as outras partes do país, mas não se interligavam, constituindo assim certa desintegração do estado. Assim até 1930 o comércio do estado de Santa Catarina com o resto do país era limitado, e a integração era maior a nível nacional do que em nível regional. As poucas ferrovias e rodovias serviam mais ao escoamento da produção para os outros estados. Com isso se formaram ilhas socioeconômicas com uma compartimentada rede urbana e cada uma com sua organização específica.

O padrão diversificado da produção regional e setorial de Santa Catarina, pré 1930, serviu de base para a ampliação da base produtiva do estado. As empresas que se tornaram fortes grupos industriais no estado, nos setores carbonífero, metal-mecânico, agroalimentar e têxtil já eram muito vigorosas ao fim da década de 1940. Isto ocorreu paralelamente ao aumento do mercado interno e a concentração industrial de São Paulo.

Conforme Mioto (2011) a acumulação centralizada em São Paulo necessitava do alargamento de seu mercado e uma complementação da sua economia. Surge daí uma ampliação da divisão do trabalho nas regiões do país, e Santa Catarina no período da industrialização restringida<sup>5</sup> (1930-1955) teve um aumento em sua produção mercantil para complementar a economia paulista e também obteve um aumento no seu capital industrial.

Santa Catarina se integra a economia nacional como uma região complementar de São Paulo, devido à expansão da industrialização neste estado que se torna o centro dinâmico do país. Desta forma, as especializações das regiões em Santa Catarina se ligavam diretamente a exportação de matérias primas para fora do estado, isto reforçou ainda mais a desintegração, levando a uma tímida urbanização até meados de 1950.

Outro fator que contribuiu para isso é que as principais rodovias serviam para ligar o extremo sul ao centro nacional e as regiões produtivas do estado também ao mercado externo.

A economia catarinense se integrou de forma efetiva com o centro dinâmico nacional, isto acarretou mudanças na estrutura urbana, fortalecendo relações com as metrópoles nacionais e também entre as cidades principais e suas regiões.

Santa Catarina não se constituiu a partir de uma metrópole regional concentradora de grande parte da população como nos outros estados, mas sim de uma desconcentração espacial e populacional pelo território catarinense.

Em Santa Catarina, devido à baixa capacidade de acumulação (excluindo os têxteis), a desintegração econômica e a falta de aporte financeiro, o período da diversificação e ampliação do capital industrial inicia-se somente na segunda metade dos anos 1940. Até então o destaque ficava por conta da indústria madeireira, ervateira, carbonífera, alimentícia e têxtil, ou seja, setores tradicionais com pouca capacidade de difusão tecnológica a jusante e a montante, sendo os três primeiros ligados a disponibilidade de recursos naturais (GOULARTI FILHO, 2011, p. 133).

O período compreendido entre 1930 e 1970 foi construído pela integração do mercado nacional, devido a uma industrialização pesada e concentrada em São Paulo. Foi nesse período que se firmou as condições de concentração e centralização do capital. Nessa época Santa Catarina sofreu grandes transformações, com a industrialização e a urbanização, as capitais regionais de cada região passam a integrar e polarizar suas redes urbanas.

Mioto (2011) coloca que se hoje Santa Catarina possui suas capitais regionais é devido à diversificação de sua economia e o comércio destas regiões com as áreas externas ao estado.

---

<sup>5</sup> Neste momento a expansão do capitalismo ocorre somente em determinados setores, não contemplando toda a sociedade.

Formaram-se assim regiões especializadas que se integram a divisão territorial do trabalho a um nível nacional e não estadual. Forte influência sobre esses fatos teve o sistema de transporte e infra-estrutura que beneficiou a passagem do sul para o sudeste e outras passagens diretamente das regiões do estado para exportar produtos para áreas externas.

No período compreendido entre 1940-1970 a urbanização no estado aumentou consideravelmente (passando de 21,53% para 43,0%), devido ao ciclo da madeira em Lages; Chapecó que sofria aumento populacional devido à expansão da fronteira; Florianópolis, Itajaí e Blumenau aumentaram sua participação urbana como capital administrativa, cidade portuária e comandante das áreas urbanas de atividades têxteis; e Joinville articulador da rede urbano na região nordeste do estado, Miotto (2011).

Tabela 3 - Grau de Urbanização, Brasil e Santa Catarina – 1960/2010 Em (%)

	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Grau de Urbanização BR	44,67	55,92	67,59	75,59	81,24	84,36
Grau de Urbanização SC	32,39	43,00	59,37	70,64	78,74	83,98

Fonte: Elaboração própria, utilizando dados do IBGE, 1960/2010.

Nos anos 70 aconteceu uma grande transformação na dinâmica regional e também urbana do país. Havia a necessidade de integrar o território e articular os centros urbanos e regiões de maneira funcional, isto fez surgir uma expansão do modelo urbano-industrial para as regiões periféricas do país. Foram feitos grandes investimentos por parte do governo federal na direção contrária da concentração territorial da indústria acontecida nas décadas anteriores.

Em 1970 e 1980, período em que consolidamos a implantação da nossa indústria pesada e preenchemos um número ainda maior de células da nossa matriz industrial, a acumulação exigia, por isso mesmo, esforço periférico de articulação ainda mais intenso, usando também mais nossa base de recursos naturais – água, terra, minérios – e, com isso, a periferia mais bem dotada de recursos foi mais acionada. A maior parte do conjunto dos projetos de larga envergadura (como os hidrelétricos, não-ferrosos, químicos e petroquímicos) foi implantada na periferia, acelerando ainda mais seu crescimento. Isso, mais os efeitos decorrentes das políticas de desenvolvimento regionais implantadas a partir de meados da década de 1960 (promovendo investimentos regionalizados em indústrias leves e de insumos), proporcionaram importante processo de desconcentração industrial regional. (CANO, 2007, apud MIOTO, 2011, p. 40).

A desconcentração industrial foi acompanhada por uma modernização do campo o que levou a um maior nível de integração entre ambas. Conhecida como modernização

conservadora<sup>6</sup>, privilegiou principalmente proprietários fundiários e capitalistas, levando a expulsão de parte da população rural em direção as cidades

Com a modernização dos setores tradicionais e diversificação da produção, a concentração e centralização do capital fez com que as grandes empresas comandassem o processo de acumulação, e estas juntamente com o governo estadual e nacional, alcançaram as condições necessárias para expansão e a distribuição da produção.

Mesmo fazendo parte de apenas 1,13% do território nacional e com uma população de 5,3 milhões de habitantes, o PIB catarinense ocupa a sétima posição nacional e, se acompanharmos a sua evolução, pode perceber que nos últimos sessenta anos a sua participação nacional aumenta em quase 70,0% (GOULARTI FILHO, 2007, p. 309).

A desconcentração produtiva em direção as cidades médias causou um impulso para que a rede urbana do litoral catarinense ficasse mais densa. Hoje no traçado de Santa Catarina pode-se notar uma forte integração do litoral, com grandes aglomerado urbanos e áreas produtoras próximas entre si. Pode-se levantar a hipótese de que o movimento da população em direção ao litoral catarinense possa ser um reflexo da desconcentração industrial e também pelos fortes investimentos em infra-estrutura nesta região.

---

<sup>6</sup> O que se pode ver no campo brasileiro é uma ‘modernização conservadora’ que privilegia algumas culturas e regiões assim como alguns tipos de unidades produtivas (médias e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado (SILVA, 1982, apud MIOTO, p. 40).

## 4 CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

Este capítulo pretende discorrer a respeito do surgimento das cidades médias como meio de intervenção sobre o território brasileiro.

Serão apresentados dados referentes ao desenvolvimento social, econômico e populacional destes centros sempre que possível comparando com as cidades de pequeno e grande porte.

### 4.1 DO SEU SURGIMENTO, COMO POLÍTICA DE INTERVENÇÃO SOBRE O TERRITÓRIO

A partir da Segunda Grande Guerra, aumentou a necessidade de se elaborar uma planificação urbana, isto devido à aceleração da urbanização no mundo, surge então em maior intensidade estudos e políticas públicas a respeito das grandes aglomerações urbanas. Na década de 1970 o tema das cidades médias<sup>7</sup> ganha força, pois está surge como opção para a desconcentração populacional das grandes cidades.

É na França que a preocupação relativa às cidades médias surge como uma forma de intervir sobre o território e também a sociedade, esta nova forma de planificação até então inexistente se chamou de o “*aménagement du territoire*” (Planejamento do Território). Segundo Amorim Filho e Serra (2001) o *aménagement du territoire* foi o resultado de uma reflexão a respeito da distribuição de forma mais equilibrada das atividades, riquezas e população sobre o espaço nacional e regional. A experiência francesa apresentou uma alternativa para solucionar os problemas de desequilíbrios urbanos para muitos países e regiões. Assim sendo as cidades médias a solução para as “deseconomias de aglomeração” impostas pelas grandes metrópoles.

No começo dos anos 70, o Brasil possuía um número insuficiente de centros urbanos de tamanho intermediário, e isto dificultava que o desenvolvimento fosse interiorizado. O que se via então são poucos centros com alcance nacional e uma vasta rede de pequenas cidades.

A estrutura urbana nacional na década de 70 era formada por alguns centros primazes, representados por duas metrópoles de alcance nacional (São Paulo e Rio de Janeiro), poucas metrópoles de alcance regional, um limitado número de centros intermediários e uma vasta rede de pequenas cidades, que, em vez de assumirem

---

<sup>7</sup> Na década de 70, segundo Andrade e Lodder (1979) classificavam-se como Cidades médias ou Cidades de Porte Médio as com população compreendida entre 50 e 250 mil habitantes.

funções complementares aos demais centros, serviam unicamente como elo entre o meio rural e o urbano (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 10).

A política relativa às cidades médias no Brasil na década de 1970 teve como objetivo não só reduzir as disparidades regionais, mas também ocupar o vasto território nacional. Outra função imaginada para este grupo de cidades foi a de destino de parte dos fluxos migratórios vindos das áreas rurais, que antes se destinavam as metrópoles, e desta maneira colaborar para evitar o agravamento dos problemas sociais nestes grandes centros. O problema vivido na época era que essa política de desconcentração das atividades produtivas pelo território brasileiro não poderia prejudicar a produtividade alcançada nos grandes centros.

A cidade média era vista também como um posto avançado, utilizado para expandir o sistema socioeconômico nacional, assim sua localização geográfica era importante, servindo de elo entre as metrópoles e as pequenas cidades, sendo meio de comunicação e organização nos países e regiões. “Seja por meio de uma produção própria seja, sobretudo, funcionando como redistribuidora, a cidade média representa um ponto de difusão da produção e dos valores do sistema socioeconômico de que faz parte” (AMORIM FILHO, SERRA, 2001 p. 19).

Assim foi nos anos 70 que surgiu tanto na Europa quanto no Brasil projetos e políticas de intervenção dos governos com relação às cidades de médio porte. Porém nos anos 80 devido aos problemas com a estabilidade monetária, crise fiscal e diminuição da migração inter-regional, houve uma diminuição do caráter emergencial relacionado às políticas de desenvolvimento regional.

Já nos anos 90 segundo Amorim Filho e Serra (2001), o que se viu foi uma retomada do interesse neste grupo de cidades por parte do governo, acadêmicos, econômico, da mídia e também da opinião pública. Isto se deve principalmente ao advento da globalização.

É possível encontrar um conjunto satisfatório de interpretações sobre os rumos da organização espacial da sociedade brasileira advindos das recentes mudanças no processo produtivo e organizacional, vinculados a chamada maior “reestruturação produtiva”, realizada em um ambiente econômico de maior “abertura comercial”, e inserida num cenário político de profundas “modificações do papel do Estado” para a alavancagem do desenvolvimento nacional (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 22).

Surgem dúvidas de o quanto e como estes fatores afetam e alteram a distribuição espacial da riqueza nacional. A reestruturação produtiva devido às mudanças tecnológicas, a abertura comercial e a diminuição do papel do Estado, possuem características tanto concentradoras quanto desconcentradoras, debatidas por muitos estudiosos até os dias atuais.

## 4.2 AS CIDADES MÉDIAS COMO CENTRO ESTRATÉGICO DA REDE URBANA NACIONAL

Houve uma diminuição do papel do governo em relação à iniciativa privada, pois, objetivos como, eficiência e competitividade são a cada dia de maior importância. Assim as políticas relacionadas às cidades médias e ao desenvolvimento regional com intuito de alcançar maior equidade no território brasileiro perderam força nos anos 80 e 90, não havendo políticas explícitas de cunho territorial urbano ou regional.

No Brasil, técnicos e também acadêmicos da área do planejamento urbano reclamavam da ausência de uma política urbana nacional, como referência capaz de nortear as ações urbanas. Isto porque os planos nacionais só continham referências marginais a temática urbana, mas em 1973 a Secretaria de Planejamento da Presidência da República contratou um estudo sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, este forneceu subsídios para que em 1974 no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) fosse incorporada uma política urbana nacional.

Definiu-se como objetivo promover melhor estruturação do sistema urbano com vistas à maior eficácia das funções exercidas pelas cidades e a elevação dos padrões de urbanização e qualidade de vida, mediante: a implantação de regiões metropolitanas; a identificação das funções a serem cumpridas pelas metrópoles nacionais e regionais; e a definição de pólos secundários. Não se explicitou uma estratégia geral para o território, mas uma análise da política permite constatar que tal estratégia era a desconcentração e a interiorização (STEIBERGER; BRUNA, 2001, p. 44).

As cidades médias estavam inclusas em todas as estratégias regionais. Estes centros de porte médio eram vistos como indispensável na escala urbana funcional para apoiar a desconcentração e também a interiorização de pessoas e atividades produtivas.

Estes centros também serviriam para criar novas oportunidades de emprego e diminuir as diferenças entre as regiões do Estado brasileiro. Por meio das cidades médias surgiriam novas áreas de desenvolvimento que se alastrariam pelas diversas regiões do território brasileiro.

Segundo Steinberger e Bruna (2001), o programa relativo às cidades médias gerou uma experiência espacialmente fragmentada a níveis interurbanos, porém apresentou resultados melhores a nível intra-urbanos mesmo que abaixo do esperado pelas políticas de desenvolvimento urbano das décadas de 78 e 80. Porém as cidades médias são tidas como um sucesso já que apesar da concentração econômica permanecer no sudeste do país, está não se

concentra apenas na região metropolitana como era nos anos 70, mas agora é acompanhada por um grupo de cidades médias. As cidades de médio porte nas diversas regiões do país também cumpriram seu papel de desconcentração demográfica por parte das grandes metrópoles, recebendo grande leva de migrantes.

Aqui se levanta a hipótese de que esse duplo processo de concentração e desconcentração está ancorado nas cidades médias porque elas são elos entre o espaço urbano e regional e entre os interesses públicos e privados. Acredita-se que essa simultaneidade de papéis é a explicação do sucesso de tais cidades (STEINBERGER; BRUNA, 2001, p. 71).

A cidade média é entendida como um núcleo estratégico, que possui a vantagem de estar aglomerado no espaço urbano e também poder articular-se com o espaço regional inserido na sua área de influência. Também estas cidades satisfazem as necessidades de prestadoras de serviços públicos, e possuem economias de escala e de urbanização que atraem investidores da iniciativa privada, ao contrário das deseconomias das metrópoles que dificultam os investimentos.

Estas cidades são apontadas como capazes de oferecer uma melhor qualidade de vida para seus habitantes, como ideal para se investir devido a sua competitividade relativa e possuem um tamanho considerado mais fácil de governar. Isto leva as pessoas, empresas e também ao estado a obter vantagens devido à existência das cidades de médio porte.

#### 4.3 DESEMPENHO PRODUTIVO DOS CENTROS URBANOS BRASILEIROS ENTRE 1975 A 1996

Tabela 4 - Produto Interno Bruto para classes de municípios e sua participação no PIB nacional em 1996 (Em Milhões de 1996)

Brasil e Municípios	Núcleos	PIB de 1996	Participação percentual no PIB Nacional do ano			
			1975	1980	1985	1996
Brasil		691.908	100,00	100,00	100,00	100,00
A) Duas globais <sup>8</sup>	metrópoles	219.606	38,64	34,76	29,30	31,74
B) Sete nacionais <sup>9</sup>	metrópoles	125.781	14,33	16,32	17,10	17,97
Total A +B		343.971	52,97	51,08	46,40	49,71
C) Quatro regionais <sup>10</sup>	metrópoles	38.685	4,50	4,92	5,23	5,59
D) 16 Centros regionais		64.187	6,34	7,21	8,55	9,28
E) 31 Centros sub-regionais 1		59.817	8,82	9,70	9,88	8,65
F) 51 Centros sub-regionais 2		38.073	5,44	5,73	5,98	5,50
Total (E+F)		97.890	14,26	15,43	15,86	14,15
Total dos 111 núcleos		544.733	78,07	78,64	76,04	78,73
Outros municípios		147.175	21,93	21,36	23,96	21,27

Fonte: Andrade e Serra, 2001, p. 82.

O que se pode notar com os dados apresentados é a supremacia das duas metrópoles globais (Rio de Janeiro e São Paulo), que juntas são responsáveis por quase um terço do PIB brasileiro. As quatro metrópoles regionais somadas aos centros regionais e sub-regionais são responsáveis por cerca de 30% do PIB brasileiro, sendo assim consideradas importantes áreas de produção do país. No período compreendido entre 1975\1996 chama a atenção que os 111

<sup>8</sup> Região Metropolitana de São Paulo e Rio de Janeiro

<sup>9</sup> Região Metropolitana de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Brasília

<sup>10</sup> Manaus, Campinas, Goiânia e Região Metropolitana de Belém

centros urbanos<sup>11</sup> escolhidos como mais importantes na rede urbana brasileira mantiveram sua participação praticamente inalterada no período em questão, com pequenas variações apenas. As 111 regiões em questão durante um período de 21 anos manteve uma participação no PIB brasileiro de aproximadamente 78%, a mudança mais drástica foi à diminuição do percentual de participação no PIB das duas metrópoles globais (São Paulo e Rio de Janeiro) que diminuíram seu peso no PIB de 38,64% em 1975 para 31,74% em 1996.

Portanto, pode-se notar uma estabilidade estrutural nesses 21 anos quanto às áreas nas quais a atividade produtiva no país vem ocorrendo. Essa conclusão não conflita com possíveis processos de desconcentração ou de concentração de atividades produtivas que possam ter ocorrido inter e intra-classes no interior desse conjunto de municípios. Por outro lado, a sustentação da participação desses 111 centros no total do produto nacional nas três últimas décadas mostra que o conhecido processo de “reversão da polarização” esteve restrito a esses 111 centros urbanos (ANDRADE; SERRA, 2001, p. 83).

Uma das causas da mudança de participação no PIB dentre os diferentes centros urbanos são os diferentes crescimentos do PIB entre estas classes de centros urbanos ao longo do período analisado.

Tabela 5 - Taxas médias anuais de crescimento do PIB no período 1975/96 e em subperíodos, por classes de municípios (Em %).

Brasil/ Núcleos Municipais	Subperíodo	Subperíodo	Subperíodo	Período
	1975/80	1980/85	1985/96	1975/1996
Brasil	7,21	1,27	1,38	2,71
Duas metrópoles globais	4,97	-2,14	2,12	1,75
Sete metrópoles nacionais	10,04	2,21	1,84	3,82
Total global nacional	6,44	-0,67	2,02	2,40
Quatro metrópoles regionais	9,11	2,52	2,00	3,77
16 centros regionais	10,02	4,77	2,14	4,59
31 centros sub-regionais 1	9,27	1,64	0,16	2,61
51 centros sub-regionais 2	8,25	1,98	0,70	2,76
Total sub-regional	8,88	1,77	0,37	2,67
Total dos 111	7,36	0,57	1,71	2,75
Outros municípios	6,66	3,68	0,26	2,57

Fonte: Andrade e Serra, 2001, p. 84.

<sup>11</sup> Estes 111 centros urbanos compreendem 467 municípios, muitos deles são constituídos de aglomerações que englobam demais municípios. “A classificação foi elaborada em conjunto pela Diretoria de Estudos e Política Regional e Urbana do IPEA, pela Diretoria de Geociências do IBGE e pelo Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional do Instituto de Economia da Universidade de Campinas” (ANDRADE; SERRA, 2001, p. 79).

No período compreendido entre 1975/96 a economia brasileira teve um crescimento de 2,71% em média ao ano, já as metrópoles globais tiveram um crescimento de 1,75% ao ano. No subperíodo 1975/80 foram realizados os investimentos relativos ao II PND, neste período há um grande crescimento econômico para todos os 111 centros urbanos que compõem a análise.

#### 4.4 CRESCIMENTO POPULACIONAL DOS CENTROS URBANOS NO PERÍODO 1970/2000

Tabela 6 - População, participação relativa na população nacional e número de municípios brasileiros, segundo sua classe de tamanho. 1970/2000

Classe de tamanho dos municípios (mil habitantes)	1970			2000		
	Numero de municípios	População	% Na População Total	Número de Municípios	População	% Na População Total
>20	2.874	26.449.064	28,0	4002	33.493.617	19,8
Entre 20 e 50	827	24.983.054	26,4	958	28.631.758	16,9
Entre 50 e 100	157	10.443.689	11,0	303	21.004.081	12,4
Entre 100 e 250	69	9.830.063	10,4	140	21.555.843	12,7
Entre 250 e 500	14	4.776.841	5,1	53	17.985.773	10,6
Entre 500 e 2 mil	9	7.687.110	8,1	25	21.764.675	12,8
> 2 mil	2	10.302.148	10,9	6	25.108.696	14,8
<b>Total Brasil</b>	<b>3.952</b>	<b>94.461.969</b>	<b>100,0</b>	<b>5.507</b>	<b>169.544.443</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Andrade e Serra, 2001, p. 131.

Através da tabela acima se pode notar que embora os municípios com menos de 50 mil habitantes totalizem cerca de 90% dos municípios brasileiros, e estes no ano 2000 possuíam apenas 36,7% da população nacional. Já os municípios com mais de 500 mil habitantes possuíam 27,6% da população, representando menos de 1% do total de municípios nacionais.

Nos municípios com população entre 50 e 500 mil concentram-se 35,7% da população total do Brasil no ano 2000.

O mais interessante a se ressaltar é que os municípios com menos de 50 mil habitantes na década de 70 compreendiam 54,4% da população brasileira e em 2000 estes municípios possuíam apenas 36,7% da população total. Já as cidades com mais de 500 mil que tinham na década de 70, 19% da população total, passou em 2000 para 27,6%. As cidades com população entre 50 e 500 mil passaram de 26,5% para 35,7% da população total brasileira.

No período entre 1970/2000 embora boa parte da população permanecesse concentrada nos grandes centros urbanos, percebem-se uma mudança de fluxo, com as cidades com população entre 50 e 500 mil habitantes elevando sua participação populacional em 9,2% enquanto os municípios com mais de 500 mil habitantes apresentaram uma elevação de 8,6%.

Tabela 7 - Crescimento populacional e Incremento relativo conforme conjunto de localidades selecionadas – 1970/91

Grupos	População (Mil Habitantes)			Incremento	
	1970	1980	1991	1970/80	1980/91
Brasil	93.139	119.002	146.825	27,8	23,4
Regiões metropolitanas	25.574	34.992	42.570	48,4	21,7
Cidades médias de 1970 metropolitanas	2.578	4.137	5.627	60,5	36,0
Cidades médias de 1970 não-metropolitanas	10.295	14.944	20.157	45,02	34,9
Cidades médias de 1970 <sup>12</sup>	12.873	19.082	25.784	48,2	35,1

Fonte: Andrade e Serra, 2001, p. 143.

O que se percebe analisando a tabela acima é o aumento populacional das cidades próximas das metrópoles nacionais, pois as regiões metropolitanas tiveram no período 1970\80 um crescimento de 48%, e as cidades médias circundantes a estas regiões obtiveram um crescimento de 60,5%. No período 1980/91 as cidades médias não metropolitanas também obtiveram um crescimento maior do que as regiões metropolitanas.

<sup>12</sup> Os dados da população das cidades médias de 1970 foram levantados com base em ajustamento territorial feito pela pesquisa, com base territorial municipal de 1970 (ANDRADE e SERRA, 2001, p 143).

#### 4.5 POBREZA NAS CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS

Tabela 8 - População pobre no Brasil, regiões metropolitanas e Cidades Médias<sup>13</sup>: 1970/91

Agrupamentos Selecionados	População		Quantidade de Pobres (P)		Variação Em P Entre 1970 e 1991
	(Mil Habitantes)		1970	1991	
	Habitantes	Habitantes	Quantidade	Quantidade	
Regiões metropolitanas <sup>14</sup>	23.574	42.570	7.721	10.338	34,5%
Cidades médias	10.061	19.691	5.234	6.495	24,1%
Brasil	93.139	146.825	59.106	64.197	8,6%

Fonte: Andrade e Serra, 2001, p. 257. Aqui os pobres representam o conjunto de indivíduos que fazem parte das famílias que possuem renda *per capita* inferior a meio salário mínimo (em valores reais de setembro de 1991).

Analisando o período 1970/91, nota-se que o maior crescimento de população pobre se deu nas regiões metropolitanas com 34.5%, nas cidades médias este crescimento foi de 24,1%. Ambos foram maiores que o crescimento do conjunto nacional que foi de 8,6%, isto mostra como as regiões metropolitanas e as cidades de médio porte concentraram boa parte dos pobres do país. As cidades médias e as regiões metropolitanas concentraram 76,17% do aumento do número de pobres a nível nacional e 53,4% do crescimento populacional no período analisado.

#### 4.6 O MOMENTO RECENTE DAS CIDADES MÉDIAS

Devido ao crescimento das cidades médias, se torna preciso uma melhor articulação das suas políticas urbanas e também de desenvolvimento regional. Estas cidades, e aí se incluem a cidade de Palhoça em Santa Catarina, tem alcançado um papel importante no que se refere a crescimento populacional e desconcentração de atividades produtivas, aumento assim consideravelmente o seu PIB.

Os dados abaixo fornecidos por uma pesquisa do IPEA evidenciam que as cidades com população entre 100 e 500 mil habitantes, obtiveram um crescimento tanto populacional quanto do PIB superior as demais cidades nos períodos em análise.

<sup>13</sup> Nesta Seção entendam-se Cidades Médias as com população entre 100 e 500 mil habitantes.

<sup>14</sup> Regiões metropolitanas: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre

Tabela 9 - Participação dos municípios por tamanho no PIB e população nacional.

Tamanho do Município	População Total em 2000 (%)	População Total em 2007 (%)	PIB Nacional 2002 (%)	PIB Nacional 2005 (%)
Maior de 500 mil habitantes	29,81	29,71	43,34	41,70
Entre 100 mil e 500 mil habitantes	23,80	25,05	26,07	27,35
Menor que 100 mil habitantes	46,39	45,24	30,59	30,95

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, Censo Demográfico 2000 e estimativas populacionais. Elaboração: Diana Motta e Daniel da Mata, do IPEA. 2008.

Estes dados demonstram que as cidades médias tiveram um crescimento populacional maior entre 2000 e 2007 e um maior aumento do PIB, entre 2002 e 2005, comparando com as demais cidades do Brasil. Claro que parte desse desempenho se deve ao processo de desconcentração tanto da produção quanto da população pelo território nacional.

Tanto as grandes cidades quanto as pequenas tiveram uma diminuição populacional entre 2002 e 2007, as grandes passaram de 29,81% para 29,71%, já as pequenas passaram de 46,39 para 45,24. Porém as cidades médias cresceram de 23,8% da população em 2000 para 25,05% em 2007.

Tabela 10 - Crescimento populacional e do Produto Interno Bruto (PIB) por faixa de tamanho dos municípios (2002-2005) (%) ao ano.

Tamanho do Município	Crescimento do PIB	Crescimento Populacional	Crescimento do PIB <i>percapita</i>
Maior de 500 mil habitantes	4,63	1,66	2,66
Entre 100 mil e 500 mil habitantes	5,27	2,00	3,15
Menor que 100 mil habitantes	4,29	0,61	2,96

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, Censo Demográfico 2000 e estimativas populacionais. Elaboração: Diana Motta e Daniel da Mata, do IPEA. 2008.

Os dados acima mostram que as cidades médias tiveram crescimento além das médias nacionais no período analisado, o PIB destas cidades teve um aumento acima de 5% ao ano, e um crescimento populacional de 2% ao ano. As cidades médias também tiveram melhor desempenho no crescimento do PIB *per capita* com média de 3,15% ao ano. O crescimento do PIB sendo maior que o aumento populacional gera mais riqueza para cada habitante.

Tabela 11 - Produto Interno Bruto (PIB) municipal por setores da atividade econômica 2002-2007

Tamanho do município	Crescimento do PIB Agropecuário (a.a)	Crescimento do PIB Industrial (a.a)	Crescimento do PIB dos Serviços (a.a)
Maior de 500 mil habitantes	0,69%	1,42	0,79
Entre 100 mil e 500 mil habitantes	- 2,06	2,23	1,25
Menor que 100 mil habitantes	- 0,85	2,11	1,00

Fonte: IBGE, Produto Interno Bruto dos Municípios, Censo Demográfico 2000 e estimativas populacionais. Elaboração Diana Motta e Daniel da Mata, do IPEA. 2008.

Os dados acima demonstram que as cidades médias têm um maior dinamismo no setor industrial, com crescimento de 2,23% ao ano, e também no setor de serviços com crescimento de 1,25% ao ano. Porém no setor agropecuário registrou queda de - 2,06% ao ano. Fica evidente que as cidades de médio porte aumentaram sua importância no que diz respeito às atividades “urbanas” (setores secundário e terciário) e conseqüentemente uma menor participação no setor agropecuário.

## 5 ESTUDO DE CASO SOBRE O MUNICÍPIO DE PALHOÇA-SC

O Município de Palhoça têm enfrentado muitas mudanças desde sua criação, porém, foi nas ultimas décadas que ocorreram as mais expressivas. As informações aqui contidas têm a finalidade de ilustrar a atual situação do município.

### 5.1 HISTÓRICO DO MUNICÍPIO

De acordo com Silveira (1999), em 1651 Dias Velhos chega à ilha de Santa Catarina e a nomeia Desterro. Com a fundação de Lages em 1771 por portugueses vindos de São Vicente (São Paulo), surge à necessidade de uma rota de ligação entre os dois locais, é então construída uma estrada para ligar os referidos povoados.

Devido ao perigo constante de invasões por parte dos espanhóis, foram construídos na chamada terra firme (atual Florianópolis continental) duas povoações para dar segurança e servir como escudo militar contra possíveis invasões a Desterro. Após isto o governo decide povoar os locais próximos ao caminho que ligava Desterro e Lages, em 1773 são construídas palhoças (daí a origem do nome do município, pois, palhoças eram casas de pau a pique e cobertas com palha) com o intuito de guardar farinha na estrada que ia para Lages, se dá assim o início do povoado, que se transformou no atual município de Palhoça.

No princípio a passagem se dava pela Enseada do Brito (que ficava a beira do mar) ou pelo Passa Vinte, pois onde fica hoje o centro de Palhoça era um atoleiro. Devido ao aumento do fluxo de pessoas mantimentos e materiais pelo local construiu-se uma estrada onde hoje fica o centro de Palhoça e onde ficava o referido atoleiro, e povoações começaram a surgir às margens desta, formando onde é hoje o centro de Palhoça. Está pertenceu a Florianópolis até 1883, e de 1883/94 pertenceu ao município de São José quando então Palhoça foi elevada a categoria de município.

Em 1922, Palhoça cedeu territórios de onde surgiram os municípios de Alfredo Wagner e Ituporanga que com parte do município de Lages formam Bom Retiro. Já em 1958 é Santo Amaro da Imperatriz que se emancipa do município de Palhoça formando Águas Mornas e Anitápolis, em 1961 Garopaba e Paulo Lopez emancipam-se de Palhoça, seguidos por São Bonifácio em 1962, após isto Palhoça fica com a configuração atual (PALHOÇA, 2011).

Figura 1 - Mapa de Municípios desmembrados de Palhoça – SC.



Fonte: Google

Foram os portugueses os primeiros a povoarem Palhoça, estes se fixaram na Enseada do Brito, logo após vieram os açorianos e madeirenses, as primeiras famílias chegaram à ilha de Santa Catarina em 1747 (PALHOÇA, 2011).

Em 1824 se inicia a imigração alemã para o Brasil, um contingente destes se instala em Santa Isabel que mais tarde faria parte do município de Palhoça. Esta também recebeu imigrantes de origem italiana que vieram para o Brasil por volta de 1790. Outras etnias também se fixaram em Palhoça contribuindo para formação étnica desta apesar de em menor proporção, como índios, negros, japoneses. Porém suas tradições são predominantemente açorianas, preservando o folclore e tradições como o Boi-de-mamão. Segundo Silveira (1999) em 1970, Palhoça contava com 20.652 habitantes e este número elevou-se a 70 mil num curso espaço de tempo, isto se deve conforme o autor, principalmente, a construção da BR-101, a criação do distrito Industrial, o surgimento de conjuntos habitacionais e como consequência da migração.

## 5.2 ALGUNS ASPECTOS GERAIS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO

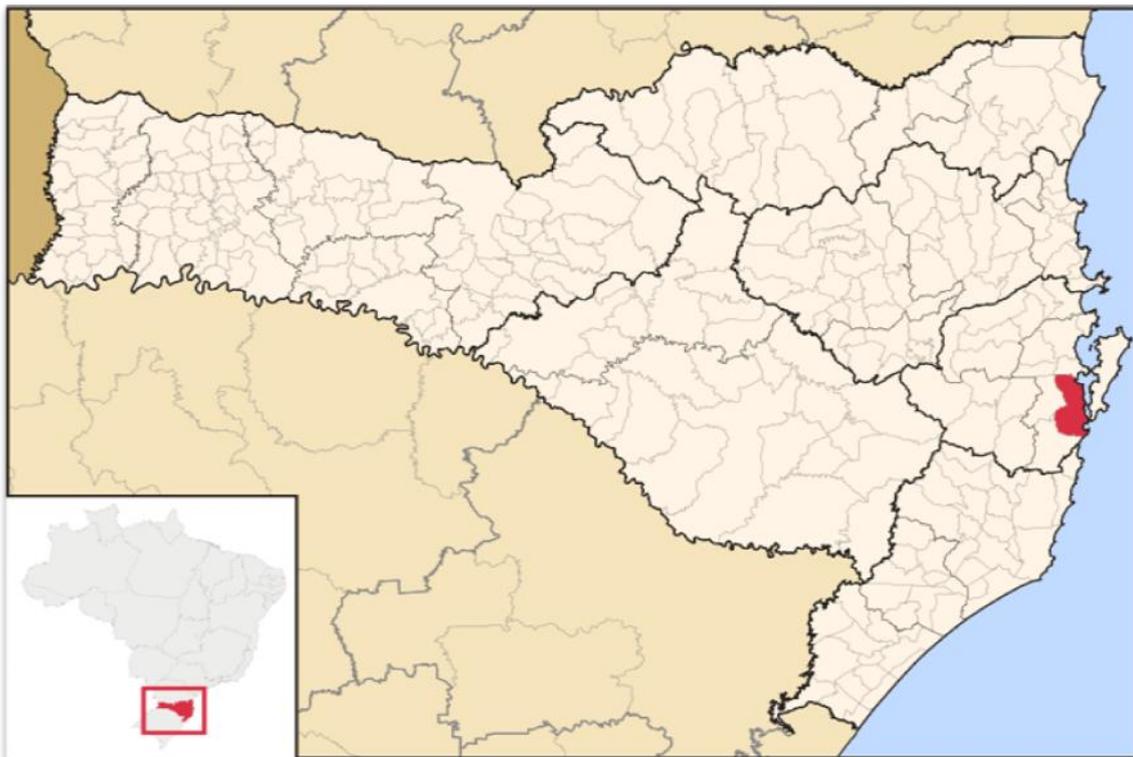
Palhoça faz parte da Grande Florianópolis<sup>15</sup> e seu território faz divisa com os municípios de São José, São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz e Paulo Lopez.

<sup>15</sup> SDR – Grande Florianópolis, segundo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional os municípios que compõem a Grande Florianópolis São: Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Águas Mornas, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, São Pedro de Alcântara, Santo Amaro da Imperatriz, Palhoça, São José, Rancho Queimado e São Bonifácio.

Palhoça se localiza a uma distância de 14 km de Florianópolis e em 2010 uma população total de 137.334 habitantes, uma área territorial com 395 Km<sup>2</sup>, e densidade demográfica igual a 347,68 hab/Km

O município é desprovido de portos ou aeroportos, sendo os portos mais próximos localizados nas cidades de Imbituba a 77 km e Itajaí 89 km. O aeroporto mais próximo é o Aeroporto Internacional Hercílio Luz localizado em Florianópolis a uma distancia de 14 km de Palhoça.

Figura 2 - Localização de Palhoça no mapa de Santa Catarina.



Fonte: Google

Conforme dados do SEBRAE-SC (2010), o município dispunha em 2009 de um sistema financeiro composto por 29 postos e agências bancárias.

Palhoça é cortada por duas Rodovias Federais e uma Estadual. As Rodovias Federais são a BR 282 que liga Palhoça ao interior do estado e a Lages, a BR101 que liga Palhoça ao sul e norte do país através do litoral. A Rodovia Estadual SC 433 que liga a Praia do Sonho a Pinheira em Palhoça. O município ainda é cortado por três rios, Rio do Cubatão, Rio da Madre e Rio Imaruí.

Segundo dados do SEBRAE-SC (2010), em dezembro de 2007, Palhoça possuía 36 unidades de saúde, em sua maioria centros de saúde (conhecidos como postos de saúde, sendo

o atendimento apenas durante o dia). No município, ainda nos dias atuais não existe nenhum hospital público

Em 2007 estavam matriculados 28.436 alunos (não incluídos alunos do ensino superior), destes 18.548 estavam matriculados no ensino fundamental e 3.901 no ensino médio, 4.338 se encontram matriculados em pré-escolas e creches. Em relação aos alunos matriculados no ensino superior, em 2007 o município de Palhoça possuía 7.110 alunos matriculados. As principais instituições de ensino superior do município são a UNISUL (Universidade do Sul do Brasil) e a FMP (Faculdade Municipal de Palhoça).

Palhoça apresentou ainda em 2008 uma frota de 53.959 veículos, alcançando assim a marca de 2,4 habitantes para cada veículo. Santa Catarina possui um veículo para cada 2,1 habitantes e o Brasil 3,5 habitantes por veículo. A evolução da frota de veículos do município de Palhoça foi de 65,2% no período 2004-2008, já em Santa Catarina e no Brasil essas evoluções foram de 41,3%, e 38,9%, de acordo com dados apresentados pelo SEBRAE-SC (2010).

Conforme a tabela a seguir, em Palhoça o número de unidades consumidoras de energia elétrica apresentou um aumento de 19,3% no período 2004/2008, sendo que, as classes de consumidores residenciais, industriais e comerciais representaram respectivamente 54,8%, 11,4% e 21% do consumo de energia elétrica em 2008.

Tabela 12 - Número de unidades consumidoras de energia elétrica nos municípios da grande Florianópolis no período 2004\2008.

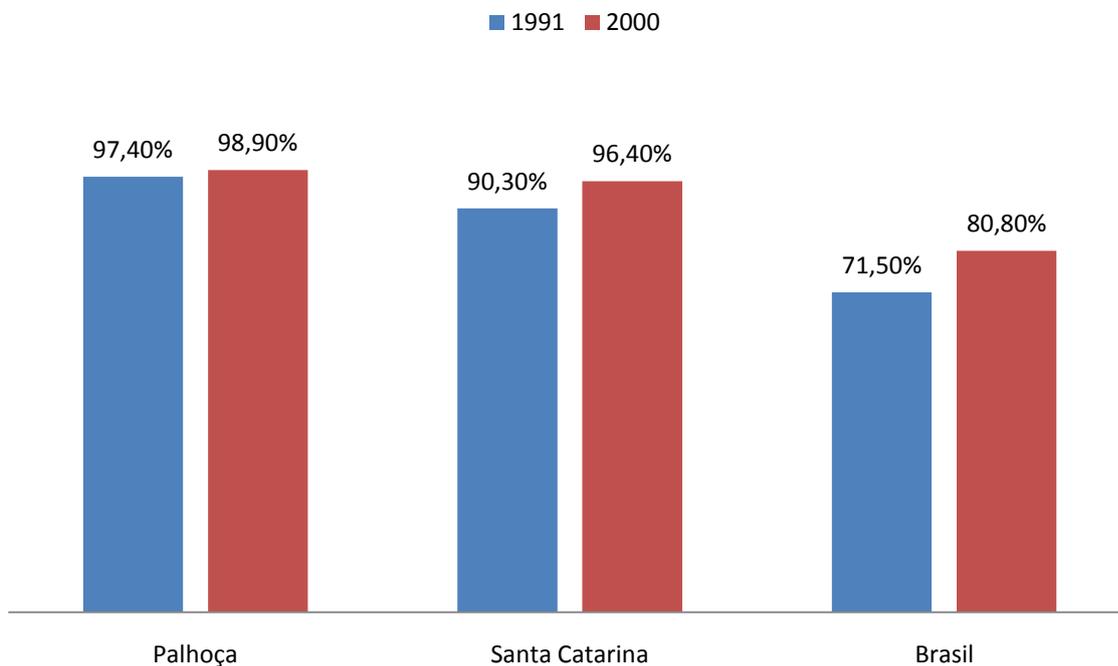
Município	Ano 2004	Ano 2008	Evolução	Posição
Angelina	1.325	1.501	13,3%	9º
Antonio Carlos	1.780	2.129	19,6%	3º
Anitápolis	-	-	-	
Águas mornas	1.338	1.375	2,8%	11º
Biguaçu	16.163	18.551	14,8%	7º
Florianópolis	177.392	196.710	10,9%	10º
Governador Celso Ramos	6.246	7.298	16,8%	6º
São Pedro de Alcântara	1.013	1.201	18,6%	5º
Santo amaro da Imperatriz	6.323	7.757	22,7%	2º
Palhoça	43.773	52.224	19,3%	4º
São José	70.068	79.929	14,1%	8º
Rancho Queimado	1.004	1.246	24,1%	1º
São Bonifácio	-	-	-	

Fonte: Elaboração própria, utilizando dados do SEBRAE-SC 2010.

Segundo Silveira (1999) em 1997 existiam um total de 29.731 unidades consumidoras de energia elétrica em palhoça, desta forma, a evolução no período 1997/2008 é de 75,65%. De acordo com a companhia de distribuição de água “Águas de Palhoça” (2011), a água que abastece Palhoça vem em parte do município de Santo Amaro de Imperatriz (Captação de Pilões) e em parte do próprio município que é coletada no Rio Cubatão. A água que é coletada em Pilões e no rio Cubatão é levada para estação na localidade do Morro dos Quadros em Palhoça, lá e tratada e distribuída para os reservatórios. No sul do município a água também é coletada do Rio Cambirela e de Ponteiros.

O comparativo do abastecimento de água frente ao estado e ao país na tabela a seguir mostra em 2000 que, um total de 98,9% da população em Palhoça era abastecido com água, percentual este maior que a nível Santa Catarina e Brasil que possuíam 96,4%, 80,8%, de suas populações abastecidas com água.

Figura 3 - População abastecida com água, segundo Brasil, Santa Catarina e Palhoça no período 1991-2000.



Fonte: SEBRAE-SC, Santa Catarina em Números, 2010. Palhoça, 2011, p. 66.

A tabela abaixo mostra a caracterização da coleta e tratamento de esgoto do município de Palhoça.

Tabela 13 - Indicadores municipais de saneamento básico em Palhoça – 2000

Indicadores de saneamento básico - 2000	Palhoça		Santa Catarina	
	Domicílios	% relativo	Domicílios	% relativo
Ligados a rede de esgoto ou pluvial	913	3,3%	292.268	19,5%
Fossa séptica	23.479	84,9%	809.764	54,0%
Fossa rudimentar	974	3,5%	267.908	17,9%
Vala	1.165	4,2%	62.571	4,2%
Rio, lago ou mar	413	1,5%	32.494	2,2%
Outro escoadouro	339	1,2%	10.118	0,7%
Sem banheiro ou sanitário	384	1,4%	23.619	1,6%
<b>Total de domicílios</b>	<b>27.667</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.498</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SEBRAE-SC, Santa Catarina em Números, 2010. Palhoça, 2011, p. 67.

Silveira (1999) já ressaltava a falta de esgoto sanitário para coleta e depósito final. Com os dados do SEBRAE-SC podemos confirmar que 84,9% do esgoto são recolhidos pela população em fossas sépticas e para posterior descarregamento líquido nas galerias de águas pluviais. Atualmente o município é desprovido de tratamento público de esgoto.

### 5.3 ASPECTOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

Através da tabela abaixo, podemos acompanhar a evolução e comparar o Índice de Desenvolvimento Humano<sup>16</sup> (IDH) de Palhoça, Santa Catarina e Brasil.

Tabela 14 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) Municipal, segundo Brasil, Santa Catarina e Palhoça 1970-2000.

Ano	Palhoça	Santa Catarina	Brasil
1970	0,442	0,447	0,462
1980	0,653	0,734	0,685
1991	0,742	0,748	0,742
2000	0,816	0,822	0,757
<b>Evolução no período 1970/2000</b>	<b>84,6%</b>	<b>72,3%</b>	<b>63,9%</b>

Fonte: SEBRAE-SC, Santa Catarina em Números, 2010. Palhoça, p. 17.

<sup>16</sup> Mede o nível de desenvolvimento humano, para isto utiliza como critério os indicadores educação, longevidade e renda.

O IDH de Palhoça elevou-se de 0,442 em 1970 para 0,816 em 2000. Este melhor desempenho está ligado, sobretudo a melhora na renda que pode ser notada sempre que uma população se torna predominantemente urbana ao invés de rural. Também melhorias na educação e aumento da longevidade afetaram de forma positiva o IDH do município. Hoje é uma tendência global a melhora do IDH devido à urbanização (com o aumento da população urbana é maior a quantidade de pessoas com salários fixos o que eleva a renda), longevidade (com os avanços da medicina é melhores condições de vida as populações vivem mais) e educação.

Tabela 15 - Incidência de pobreza nos municípios da Grande Florianópolis 2003.

Municípios	Incidência da Pobreza	Posição
Águas Mornas	15,82%	10º
Angelina	13,99%	11º
Anitápolis	22,23%	7º
Antônio Carlos	11,88%	12º
Biguaçu	31,06%	3º
Florianópolis	23,49%	6º
Governador Celso Ramos	37,93%	1º
Palhoça	31,72%	2º
Rancho Queimado	17,13%	9º
Santo Amaro da Imperatriz	23,60%	5º
São Bonifácio	11,69%	13º
São José	26,36%	4º
São Pedro de Alcântara	18,06%	8º

Fonte: Elaboração própria, utilizando dados do IBGE, 2010.

Na tabela acima se pode notar que o município de Palhoça é o segundo colocado em incidência de pobreza na região da Grande Florianópolis, 31,7% da população do município em 2003 não possuía acesso a uma cesta alimentar e a bens mínimos necessários a sua sobrevivência de acordo com os critérios definidos por especialistas que analisam a capacidade de consumo da população SEBRAE-SC (2010).

### 5.3.1 Aspectos populacionais de palhoça

Palhoça passou por grandes transformações nas últimas décadas, dentre os fatores que influenciaram esta transformação pode-se ressaltar a construção da BR 101, a implantação do Distrito industrial e também a grande migração para região que fez aumentar a população da

região. Assim percebe-se é que num período relativamente curto e recente, Palhoça experimentou mudanças enormes no seu aspecto populacional e urbano.

Através da tabela abaixo podemos verificar o aumento populacional, e a população de acordo com situação de domicílio no período entre 1980 e 2010.

Tabela 16 - População residente em Palhoça, por situação de domicílio e sexo no período 1980/2010.

ANO	TOTAL	SEXO		LOCALIDADE	
		HOMENS	MULHERES	URBANA	RURAL
1980	38.023	19.229	18.794	92,24%	7,76%
1991	68.430	34.528	33.902	96,14%	3,86%
1996	81.176	40.811	40.365	96,83%	3,17%
2000	102.742	51.432	51.310	95,30%	4,70%
2007	122.153	61.141	61.012	95,52%	4,48%
2010	137.334	68.436	68.898	98,52%	1,48%

Fonte: Elaboração própria, utilizando dados do IBGE e SEBRAE-SC (2010).

Nos dados apresentados na tabela acima podemos ver como o grau de urbanização da cidade de Palhoça passa de 92,8% em 1980, para 98,52% em 2010. Segundo dados do SEBRAE-SC (2010) Santa Catarina e Brasil apresentaram de acordo com o censo de 2010 realizado pelo IBGE grau de urbanização de 83,98% e 84,4%. Este alto grau de urbanização apresentado por Palhoça é resultado de suas principais atividades econômicas serem voltadas para os setores secundário e terciário.

Foi relevante o diferencial entre a população rural e urbana no município de Palhoça quando analisado o período 1970/2010. Segundo SEBRAE-SC (2010), em meados de 1970 aproximadamente 69% da população de Palhoça ainda viviam no campo dependendo da produção primária, a partir de então a cidade passou a desenvolver-se e se tornou um importante pólo industrial e comercial.

Nas décadas de 1970/80 a população de Palhoça passa de 69% rural para 92,24% urbana.

A população de Palhoça que em 1980 apresentava uma população de 38.023 habitantes passa em 2010 para um total de 137.334 auferindo assim um aumento populacional de aproximadamente 260% no período 1980/2010.

Tabela 17- População e incremento nos Municípios da Grande Florianópolis entre 2000/2010.

Municípios	População 2000	População 2010	Incremento	Posição Incremento
Águas Mornas	5.390	5.548	2,9%	10º
Angelina	5.776	5.250	Negativo	-
Anitápolis	3.234	3.214	Negativo	-
Antônio Carlos	6.434	7.458	15,91%	7º
Biguaçu	48.077	58.206	21,06	5º
Florianópolis	342.315	421.240	23,06%	4º
Governador Celso Ramos	11.598	12.999	12,07%	8º
Palhoça	102.742	137.334	33,66%	1º
Rancho Queimado	2.637	2.748	4,20%	9º
Santo Amaro da Imperatriz	15.708	19.823	26,19%	3º
São Bonifácio	3.218	3.008	Negativo	-
São José	173.559	209.804	20,88%	6º
São Pedro de Alcântara	3.584	4.704	31,25%	2º

Fonte: Elaboração Própria, utilizando dados do IBGE, 2000 e 2010.

Através da tabela acima podemos constatar que o município de Palhoça obteve a maior taxa acumulada de crescimento populacional dentre os municípios da Grande Florianópolis no período analisado.

Conforme a tabela a seguir, hoje Palhoça se encontra entre os dez municípios mais populosos de Santa Catarina. Segundo Silveira (1999), em 1998, Palhoça era o 11º município mais populoso do Estado de Santa Catarina e o 249º do Brasil. Hoje Palhoça é o 10º município mais populoso do Estado e estimativas populacionais do IBGE para 2011 indicam que Palhoça estará ocupando a 190ª colocação no ranking de cidades mais populosas do Brasil.

Tabela 18 - Municípios com Maior População no Estado de Santa Catarina.

Município	População 2010	Posição
Joinville	515.288	1º
Florianópolis	421.240	2º
Blumenau	309.011	3º
São José	209.804	4º
Criciúma	192.308	5º
Chapecó	183.530	6º
Itajaí	183.373	7º
Lages	156.727	8º
Jaraguá do Sul	143.123	9º
Palhoça	137.334	10º
Balneário Camboriú	108.089	11º
Brusque	105.503	12º

Fonte: Elaboração Própria, utilizando dados do IBGE, 2010.

#### 5.4 ASPECTOS ECONOMICOS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

Através da tabela abaixo, podemos analisar o aumento do PIB a nível Palhoça, Santa Catarina e Brasil, verificando a evolução da participação de Palhoça para o PIB estadual e nacional.

Tabela 19 - Produto Interno Bruto a preços correntes, segundo Brasil, Santa Catarina e Palhoça, participação de palhoça no PIB de SC e Brasil no período de 2002/2008.

Período	Palhoça	Santa Catarina	P/SC %	Brasil	P/B %
	Produto Interno Bruto (R\$ Mil)	Produto Interno Bruto (R\$ Mil)		Produto Interno Bruto (R\$ Mil)	
2002	488.262	55.731.863	0,87	1.477.821.769	0,033
2003	587.090	66.848.534	0,87	1.699.947.694	0,034
2004	641.673	77.392.991	0,82	1.941.498.385	0,033
2005	755.974	85.316.275	0,88	2.147.239.292	0,035
2006	1.001.782	93.173.498	1,07	2.369.769.564	0,042
2007	1.091.867	104.622.946	1,04	2.661.344.524	0,041
2008	1.468.420	123.282.981	1,19	3.031.864.490	0,048

Fonte: Elaboração própria utilizando dados do SEBRAE-SC e IBGE (2010).

Os dados mostram que entre 2002/2008 a evolução acumulada do PIB a preços correntes de Palhoça alcançou a marca de 200,7%, evolução esta bem superior ao incremento experimentado por Santa Catarina e Brasil que obtiveram uma evolução de 121,2% e 105,1% respectivamente em seu PIB. Chama atenção que em 2008 o município de Palhoça apresentou um crescimento de aproximadamente 34% quando comparado com o período anterior. De acordo com dados apresentados pelo SEBRAE-SC, em 2006 os setores produtivos que mais contribuiu para o PIB do município de Palhoça foi o setor de serviços (o Valor Adicionado Bruto do setor de prestação de serviços inclui o setor do comércio) com 74,8%, a indústria foi responsável por 23,5% e a agropecuária contribuiu com 1,7%.

Houve um aumento na participação do PIB estadual e nacional pelo município de Palhoça, esta participava com 0,87% do PIB de Santa Catarina em 2002, vindo em 2008 a participar com 1,19%. Á nível nacional Palhoça possuía participação de 0,033% em 2002 passando para 0,048% em 2008.

Tabela 20 - PIB a Preços Correntes 2003/2008 – (Mil R\$).

Municípios	PIB 2003	PIB 2008	Incremento	Posição Incremento
Águas Mornas	39.234	52.511	33,84%	12°
Angelina	33.635	54.366	61,63%	9°
Anitápolis	28.434	40.141	41,17%	11°
Antônio Carlos	174.384	212.131	21,64%	13°
Biguaçu	415.232	1.092.429	163,08%	4°
Florianópolis	3.737.886	8.120.986	117,26%	5°
Governador Celso Ramos	37.187	104.836	181,91%	1°
Palhoça	531.665	1.468.420	176,19%	3°
Rancho Queimado	19.542	38.733	98,20%	7°
Santo Amaro da Imperatriz	85.135	174.041	104,92%	6°
São Bonifácio	21.422	30.312	41,50%	10°
São José	1.455.869	4.095.802	181,33%	2°
São Pedro de Alcântara	21.519	34.967	62,50%	8°

Fonte: Elaboração Própria, utilizando dados do IBGE, 2010

Na tabela a cima, observou que dos municípios que compõem a Grande Florianópolis, Palhoça obteve o terceiro lugar em evolução do PIB no período 2000/2008.

Através da tabela abaixo, podemos analisar a evolução do PIB *per capita* de Palhoça, Santa Catarina e Brasil, verificando a evolução percentual do PIB *per capita* de Palhoça em comparação com Santa Catarina e Brasil.

Tabela 21 - PIB *per capita* a preços correntes, segundo o Brasil, Santa Catarina e Palhoça, e evolução percentual do PIB *per capita* de Palhoça em comparação com SC e Brasil no período 2002/2008.

Período	Palhoça	Santa Catarina	P/SC	Brasil	P/B
	PIB per capta	PIB per capita	%	PIB per capita	%
	(R\$)	(R\$)		(R\$)	
2002	4.345	9.969	43,58	8.462	51,34
2006	7.820	15.673	49,89	12.688	61,63
2007	8.915	18.127	49,18	14.183	62,85
2008	11.439	20.369	56,15	15.990	71,53

Fonte: Elaborado própria, com base em dados do IBGE e SEBRAE-SC 2010

No período compreendido entre 2002/2008 o PIB *per capita* do município de Palhoça apresentou uma evolução de 163%, já Santa Catarina e Brasil apresentaram um incremento um tanto mais modesto equivalente a 104% e 88%. Em 2002 o PIB *per capita* de Palhoça

correspondia a 43,58% do PIB per capita de Santa Catarina, este percentual aumenta em 2008 para 56,15%. Já a nível nacional, em 2000 o PIB *per capita* de Palhoça correspondia a 51,34% do PIB *per capita* do Brasil, em 2008 esse percentual eleva-se para 71,53%.

Isto indica que Palhoça está se desenvolvendo economicamente mais depressa que o Estado e o país, isso se deve principalmente ao grande número de indústrias que tem se instalado no município e também ao crescimento no setor da construção civil, Palhoça foi o município da Grande Florianópolis onde mais surgiram postos de trabalho formal entre 2004 e 2008.

Tabela 22 - Número de Empresas e Empregos formais nos municípios da Grande Florianópolis, e evolução destes no Período de 2004-2008.

Municípios	Empresas		Evolução %	Empregos		Evolução %
	2004	2008		2004	2008	
Águas Mornas	164	201	22,6	672	656	-2,4
Angelina	155	180	16,1	425	510	20,0
Anitápolis	117	138	17,9	327	335	2,4
Antônio Carlos	364	460	24,6	1.140	1.776	55,8
Biguaçu	1.620	1.893	16,9	6.491	8.418	29,7
Florianópolis	27.891	31.769	13,9	196.583	244.253	24,2
Governador Celso Ramos	345	406	17,7	1.140	1.447	26,9
Palhoça	4.229	5.182	20,5	13.813	22.274	60,3
Rancho Queimado	198	275	38,9	263	389	47,9
Santo Amaro da Imperatriz	857	1.082	26,3	2.644	4.097	55,0
São Bonifácio	126	149	18,3	299	395	32,1
São José	10.584	11.903	12,5	50.930	73.161	43,7
São Pedro de Alcântara	187	181	-3,2	471	519	10,2

Fonte: Elaboração própria, com base em dados do SEBRAE-SC 2010.

Os Dados acima apresentados SEBRAE-SC (2010) mostram que em dezembro de 2008 em Palhoça havia 5.182 empresas formais, e estas geraram 22.274 empregos com carteira assinada. No município de palhoça no período de 2004 a 2008 a taxa acumulada de criação de empresas foi de 20,5% e emprego formal de 60,3%, estes números estão bem acima da média estadual e nacional. Santa Catarina apresentou uma taxa acumulada de criação de empresas e empregos para o referido período na casa de 15,3% e 24,6%, já a nível Brasil se obteve um incremento de 12,6% e 25,6%. Alguns municípios tiveram taxa de crescimento de empresas maiores do que Palhoça, mas está obteve a maior taxa de

crescimento acumulada na criação de empregos, isto pode ser conseqüência de no município de Palhoça terem se instalado empresas de maior porte como indústrias, já que estas geram maior número de empregos.

O setor industrial apresentou considerável crescimento devido à facilidade que se tem em escoar sua produção e também aos incentivos oferecidos pela administração de Palhoça.

Tabela 23 - Número de empresas e empregos formais de Palhoça, segundo o setor - 2008.

Setor	Empresas	Empregos
Primário	27	214
Secundário	927	7.363
Terciário – comércio	2.486	6.169
Terciário-serviço	1.742	8.528

Fonte: SEBRAE-SC, Santa Catarina em Números, 2010. Palhoça, p. 43.

Os dados a cima revelam que no que se refere ao recorte entre setores, o mais representativo em número de empresas é o terciário. Em 2008 a relação habitante por emprego (concorrência por uma colocação no mercado de trabalho formal) em Palhoça era de 5,8, já em Santa Catarina e a nível Brasil esses números são menores, respectivamente 3,4 e 4,8. Contudo este número pode não condizer com a realidade, já que é considerável o número de habitantes de Palhoça que trabalham em Florianópolis e região.

O município faz parte da Região Metropolitana da Grande Florianópolis, da qual fica distante 15 quilômetros. Por este motivo muitos habitantes mantêm fortes vínculos (trabalho, saúde, comércio, educação etc.) com a capital, só usando palhoça para residir, daí surgir uma expressão de que Palhoça é uma cidade dormitório (SILVEIRA, 1999, p. 74).

Palhoça tem investido para tornar-se um atrativo turístico. Possui várias praias livre de poluição, também dentro de seu território está situado o Parque Florestal da Serra do Tabuleiro, este é detentor de grande riqueza de fauna e flora.

Com os dados apresentados neste trabalho fica evidente que o município de Palhoça tem crescido acima da média da região e do estado, aumentando sua importância no PIB do Estado e do Brasil. Foi também o município que obteve o maior crescimento populacional da Grande Florianópolis no período 2000/2010, aumentando sua importância na população total do estado e do país. O PIB *per capita* do município teve uma evolução maior que a nível

estadual e nacional o que reflete seu acelerado desenvolvimento econômico, sendo entre 2004 e 2008 o município que mais criou postos de trabalho formal.

Um dos principais motivos do crescimento de Palhoça é que devido às poucas áreas de expansão em Florianópolis e São José e os preços de imóveis e terrenos mais elevados nesses dois lugares, Palhoça tem recebido muitos fluxos migratórios e vem sendo um dos focos da expansão da malha urbana da Grande Florianópolis. Soma-se a isso a criação dos distritos industriais em Palhoça e os incentivos fiscais oferecidos pelo município o que se pode ver é seu elevado crescimento econômico. Também de suma importância é a qualidade da mão de obra na região, que devido às várias instituições de nível superior e técnico da Grande Florianópolis gera uma mão de obra qualificada, a disposição de empresas que se instalam em Palhoça.

## 6 CONCLUSÃO

A história a cerca das cidades médias se deve, sobretudo devido à industrialização e nas conseqüências que desta sobre a economia do país ao longo do tempo. Também um conjunto de políticas visando à transformação urbana com o intuito de buscar o bem estar da população.

Devido ao crescimento demográfico faz-se necessário uma reorganização social do espaço, e isto trás novos desenhos e trajetórias distintas para a área urbana. Com o fluxo de pessoas indo e vindo para diferentes áreas do país foram-se formando as cidades, e nestas é necessário que existam condições adequadas de vida, como educação, emprego, moradia, etc.

A partir daí o contexto das cidades médias tem sido mais debatido e estudado, já que estas são capazes de levar a interiorização do país, de absorver as populações vindas de áreas saturadas devido à abertura de novas frentes de trabalho, a exploração de riquezas naturais em novas áreas, a ocupação das fronteiras, servirem de elos entre as grandes cidades e os pequenos municípios dentre outras coisas.

Como foi visto neste trabalho não existe ainda nos dias atuais uma idéia consensual do que seriam as cidades médias, não havendo assim uma idéia cristalizada e geral que as conceitue. Contudo o critério tamanho demográfico tem sido o mais usual para identificá-las, sendo este utilizado pelo IPEA que é órgão que mais realizou estudos sobre as cidades médias

Muitas cidades médias ganham força e reconhecimento nos diversos estados brasileiros como pólos regionais, locais de absorção de população e áreas de desenvolvimento econômico.

Entre as muitas cidades médias do Brasil, no Estado de Santa Catarina, o município de Palhoça pode ser considerado em pleno crescimento econômico e populacional. O município desfruta de uma posição privilegiada no Estado, é a décima cidade mais populosa do Estado e localizada perto de portos e da capital do estado, e cortada por uma rodovia federal o que facilita a escoação de sua produção para o norte e sul do país.

Através dos dados apresentados neste trabalho, podemos afirmar que Palhoça desfruta do mesmo dinamismo das cidades médias brasileiras, com crescimento populacional, do PIB e do PIB per Capta a cima das médias nacionais.

Assim como as cidades médias do Brasil, o município de Palhoça também aumentou sua importância no PIB do Estado e do Brasil. Aumentou sua população em 33,66% entre

2000/2010, percentual este bem a cima da média do Estado e do Brasil, o que confere ao município maior percentual de participação na população total do Estado e também do Brasil.

Palhoça também foi beneficiada pela desconcentração de atividades produtivas auferindo maior importância no PIB a nível estadual e nacional.

Contudo o município de Palhoça apesar de seu excelente desempenho econômico ainda apresenta problemas sociais, pois foi o segundo município com maior incidência de pobreza em comparação com os municípios da Grande Florianópolis em 2003 com, 31,72% de sua população não possuindo acesso a bens e serviços básicos. O município também carece de infra-estrutura, já que não possui tratamento público de esgoto e não tem hospital público.

A urbanização é um reflexo da estruturação social da sociedade, e pode-se notar claramente que na organização das cidades as melhores localizações ficam com as classes sociais mais abastadas e as periferias com pessoas de renda mais baixa. Isto leva ao aumento dos índices de violência, falta de infra-estrutura e populações desprovidas de acesso aos bens que a cidade pode oferecer. As cidades brasileiras hoje sofrem em sua maioria, com falta de planejamento, o que compromete a qualidade de vida de seus habitantes.

Crescimento e modernização, se não forem acompanhados por distribuição da riqueza socialmente produzida e atendimento de necessidades materiais e não-materiais elementares, não devem, por conseguinte valer como indicadores de desenvolvimento em sentido estrito (SOUZA, 1996, p. 7).

A urbanização é vista como um indicador de desenvolvimento e fundamentalmente positiva, porém o crescimento descontrolado gera deseconomias de aglomeração. A cidade é propícia ao desenvolvimento capitalista, mas também ao desenvolvimento dos mais variados problemas sociais, isto devido ao fato da ideologia política vigente nos vários governos entender por desenvolvimento, crescimento econômico e inovação tecnológica.

Assim, o que se poderia observar futuramente é como se comportara o conjunto de cidades médias atuais, observando seu crescimento social e econômico ano a ano, pois as pesquisas existentes são de determinadas épocas específicas e não uma análise de longa duração sobre o tema e um conjunto de cidades.

## REFERENCIAS

ÁGUAS DE PALHOÇA. **Distribuição de Água**. Disponível em: <<http://www.aguasdepalhoca.com.br>>. Acesso em: 17 nov. 2011.

AMORIM FILHO, O; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.) **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo (Org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, Nemesis/Pronex, 2001, 394 p.

ANDRADE, T.; LODDEER, C. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979, 158 p.

BECKER, Bertha K. **Manual do Candidato: Geografia**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. 204 p. Disponível em: <[http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=47&Itemid=41](http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=47&Itemid=41)>. Acesso em: 22 set. 2011.

COSTA, E. M. **Cidades médias: Contributos Para Sua Definição**. Finisterra, XXXVII, 74. 2002, p. 101-128. Disponível em: <[http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2002-74/74\\_05.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2002-74/74_05.pdf)>. Acesso em: 08 de ago. 2011

FRANÇA, I. et al. Polarização regional e setor de educação superior: Estudo de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais. **Revista Formação**, n.16, v. 2, p. 52-70. 2010. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/pos/geo/revista/artigos/n16v2/fran%E7a5.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2011.

GOULARTI FILHO, A. **Formação Econômica de Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC. 2. ed. 2007, 473 p.

HOLANDA, V. C. Transformações sócio-espaciais das cidades médias cearenses. **Revista de Geografia (UFPE)** v. 28, n. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.ufpe.br/revistageografia/index.php/revista/article/viewFile/269/331>>. Acesso em: 15 ago. 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/](http://www.ibge.gov.br/)>. Acesso em: 25 out. 2011.

LIMA, M. C. **Apontamentos para definições conceituais de cidades médias**. 2010. Disponível em: <[http://www.centrocelsofurtado.org.br/2010cidades/2010\\_cid\\_med\\_texto1.pdf](http://www.centrocelsofurtado.org.br/2010cidades/2010_cid_med_texto1.pdf)>. Acesso em: 12 ago. 2011.

MIOTO, Beatriz. T. **Integração Econômica e Rede Urbana de Santa Catarina: Transformações No Período da Desconcentração Produtiva Regional (1970- 2005)**. 2011. 153p. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=000798983>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

- MOTTA, Diana. MATA, Daniel. **População e PIB das Cidades Médias crescem mais que no resto do Brasil**. 2008. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/pesquisa%20ipea.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2011.
- PALHOÇA (SC). Prefeitura Municipal de Palhoça. **Informações socioeconômicas – IBGE**. Disponível em: <<http://www.palhoca.sc.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2011.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998, 157 p.
- SEBRAE-SC. **Santa Catarina em Números: Relatórios Municipais**. 2010. Disponível em: <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/relatoriomunicipal.asp>>. Acesso em: 04 maio 2011.
- SILVEIRA, Claudir. **Município de Palhoça –SC**. Florianópolis: Artymagem, 1999. 136 p.
- SOUZA, Marcelo José Lopez. **Urbanização e Desenvolvimento no Brasil Atual**. São Paulo: Ática, 1996, 87p. (Princípios).
- STEINBERGER, Marília; BRUNA, G. Collet. Cidades médias: elos do Urbano-Regional e do Público Privado. In: ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo (Org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, Nemesis/Pronex, 2001, 394 p.